

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ATO INFRACIONAL X MAIORIDADE: EXPECTATIVAS E IMPLICAÇÕES

ADRIANA MUELLER


Marly Venzor Tristão
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ATO INFRACIONAL X MAIORIDADE: EXPECTATIVAS E IMPLICAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social, pela
acadêmica Adriana Mueller.

Orientador: *Silvia do Valle Pereira*

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2000.

ADRIANA MUELLER

ATO INFRACIONAL X MAIORIDADE: EXPECTATIVAS E IMPLICAÇÕES

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Obteve a nota média 10,0 atribuída pela Comissão Examinadora integrada pelos membros:

Sílvia do Valle Pereira

Prof^a. do Depto. de Serviço Social

Kátia Regina Madeira

Assistente Social do PLIAT

Dr. Gercino Gerson Gomes Neto

Coordenador do Centro das Promotorias da Infância

*Dedico este estudo
aos adolescentes
autores de ato
infracional.*

*"De tudo ficam três coisas:
a certeza de que estamos começando,
a certeza de que é preciso continuar
e a certeza de que podemos ser
interrompidos antes de terminar.
Fazer da interrupção um caminho novo,
fazer da queda um passo da dança, do
medo uma escada, do sonho uma ponte,
da procura um encontro.
Fica a promessa do reencontro...
Fica o desejo de boa sorte...
Fica a vontade de que lutes e venças"*

Fernando Sabino

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que de uma forma ou de outra dividiram comigo minhas alegrias, preocupações e desejos, no decorrer destes quatro anos de faculdade. A elas deixo aqui os meus sinceros agradecimentos. Mas, certamente, algumas merecem ser mencionadas.

Ao PLIAT e todos os seus funcionários, por oportunizar a prática de estágio desde a primeira fase do Curso, contribuindo significativamente na minha formação acadêmica e profissional;

À Assistente Social Kátia Regina Madeira, minha supervisora e grande amiga, por acreditar no meu potencial e compartilhar seu conhecimento e prática profissional; além de ter se tornado uma pessoa especial ao longo dos anos que trabalhamos juntas;

À Professora Silvia do Valle Pereira, excelente profissional, por me orientar e auxiliar na construção do Trabalho de Conclusão de Curso;

Aos adolescentes e profissionais entrevistados, o meu muito obrigada. Sem a participação destes, esse estudo não se concretizaria;

Aos meus colegas de turma, em particular as amigas Vivi, Carol, Rubia, Lidi, Sil, Lú, Lisa e Val. Já estou com saudades dos cafés na casa da Carol, das festas universitárias, das nossas festas, esquentas...

Às minhas amigas de infância, Tetê e Fabi, que sempre estiveram presentes nos momentos mais importantes da minha vida. Ainda que estejamos distantes, nossa amizade supera os limites do tempo e da distância;

À D. Naomi e suas filhas Talia e Naomi, que muito me incentivaram a cursar a faculdade e ir em busca de novos desafios e horizontes... Jamais vou esquecer as tardes de conversa com a D. Naomi;

E principalmente, à minha família, em especial meus pais e irmãos, pelo apoio e carinho, e por me ajudarem a tornar possível mais este sonho. Amo muito vocês!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
 CAPÍTULO 1 – O ATO INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA	
1.1 Adolescência – Conceitos Básicos	03
1.2 O Ato Infracional	07
1.3 O Perfil do Adolescente Autor de Ato Infracional	13
 CAPÍTULO 2 – A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A MAIORIDADE	
2.1 Resgate Histórico da Legislação Brasileira Direcionada ao Adolescente Autor de Ato Infracional	24
2.2 As Implicações da Maioridade	40
 CAPÍTULO 3 – O RELATO DA PESQUISA COM OS ADOLESCENTES ENCAMINHADOS AO PLIAT E OS OPERADORES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
3.1 A Articulação da Pesquisa	46
3.2 A Percepção do Adolescente Autor de Ato Infracional em Relação à Maioridade e suas Implicações	49
3.3 A Compreensão e Avaliação dos Operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente em Relação às Políticas Públicas de Atendimento ao Adolescente	59
3.4 Uma Proposta de Intervenção do Serviço Social do PLIAT	74
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 77
BIBLIOGRAFIAS	80
ANEXOS	83

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de nossa prática de estágio no PLIAT – Plantão Interinstitucional de Atendimento – ao longo do Curso de Serviço Social, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina no período de março de 1997 a dezembro de 2000.

O objetivo do trabalho é discutir as expectativas dos adolescentes atendidos pelo Serviço Social do PLIAT em relação à maioridade, correlacionando as principais implicações decorrentes do término da proteção integral.

A escolha do tema surgiu em função de termos percebido, durante os atendimentos individualizados com os adolescentes autores de ato infracional encaminhados ao PLIAT, uma ausência expressiva de preocupação dos mesmos em relação ao significado da maioridade em suas vidas, especialmente no que diz respeito ao término da proteção integral e suas implicações, bem como da ausência de dados sistematizados e atuais sobre estas questões na instituição.

Da mesma forma, a quase inexistência de políticas públicas voltadas ao atendimento do adolescente próximo de completar a maioridade na Grande Florianópolis reduz significativamente as possibilidades do mesmo romper com a prática do ato infracional, considerando especialmente a realidade sócio-econômica que se apresenta atualmente.

Estes fatos nos chamaram a atenção e despertaram nosso interesse em pesquisar, junto ao adolescente e aos operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, esta questão tão complexa e, em contrapartida, tão pouco debatida, tanto por profissionais da área, quanto pela sociedade civil e pelo próprio Governo.

Sendo assim, optamos por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando a técnica da entrevista com os adolescentes e o questionário com os operadores do Estatuto.

Nosso Trabalho de Conclusão de Curso se compõe de três capítulos:

* No primeiro capítulo, discorreremos sobre a fase da adolescência e o ato infracional, caracterizando por fim, o perfil do adolescente autor de ato infracional. Para tanto, ao abordarmos estas categorias, nos valem os fundamentos teóricos e, ao mesmo tempo, os correlacionamos com nossa prática profissional desenvolvida no campo de estágio;

* No segundo capítulo, apresentamos o resgate histórico da legislação brasileira direcionada ao adolescente autor de ato infracional, através da exposição das principais leis criadas especialmente à criança e ao adolescente ao longo dos anos, até a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Neste mesmo capítulo, ainda abordamos as implicações da maioridade na vida dos adolescentes, especialmente para os autores de ato infracional;

* No terceiro e último capítulo, relatamos toda a pesquisa realizada com os adolescentes encaminhados ao PLIAT e também com os operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, descrevendo desde a etapa da articulação da pesquisa, até a apresentação de nossa proposta de intervenção, visando responder ao problema em questão.

Ao término deste Trabalho de Conclusão de Curso, são apresentadas algumas considerações, com o intuito de resgatar e sintetizar as conclusões decorrentes do estudo, finalizando com a bibliografia utilizada no desenvolvimento do mesmo.

1. O ATO INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA

O capítulo que se inicia contemplará questões relativas ao ato infracional na adolescência, abordando, por conseguinte, fatores indissociáveis deste fenômeno. Primeiramente, apresentaremos os conceitos básicos referentes a esta fase do desenvolvimento do ser humano, caracterizada muitas vezes por períodos de dificuldades e conflitos existenciais. Em seguida, discursaremos sobre o ato infracional, mencionando as questões legais relacionadas ao mesmo, pautadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Por fim, analisaremos o perfil do adolescente autor de ato infracional da Grande Florianópolis, procurando expor as circunstâncias que o fazem ingressar na prática infracional.

1.1 Adolescência – Conceitos Básicos

O termo “adolescer” provém do latim e significa *crescer, tornar-se maior*, e, por consequência, atingir a maioridade. †

Para muitos estudiosos, a adolescência é compreendida como o período da vida humana posterior à infância, o qual tem seu início com a puberdade – mais precisamente aos 12 anos de idade – e cujo término oscila de indivíduo para indivíduo.

Entretanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) define a adolescência, para efeitos da aplicação desta lei, como correspondente ao período dos doze aos dezoito anos de idade.

Segundo afirma Becker (1985, p. 58),

“O conceito da adolescência, como ele é hoje considerado, é bastante recente. Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância. Nas escolas jesuítas, garotos de 13 a 15 anos eram chamados indistintamente de crianças ou adolescentes. A noção do

limite da infância estava mais ligado à dependência do indivíduo do que à puberdade”.

O próprio conceito da adolescência como um fenômeno universal é muito duvidoso. Particularmente nos últimos anos, contudo, a adolescência vem sendo considerada *“o momento crucial do desenvolvimento do indivíduo”* (Osório, 1989, p. 10). Segundo este autor, a adolescência é uma etapa evolutiva peculiar ao ser humano. Trata-se de um momento de grandes transformações do processo maturativo biopsicossocial do indivíduo, durante o qual ocorre não apenas a mudança corporal do mesmo, mas também a formação da sua identidade e a estruturação final da sua personalidade.

A individualidade é uma característica fundamental da natureza humana. Para se compreender a personalidade de cada indivíduo, é preciso, antes de tudo, aceitar esse fato. Na realidade, o homem tem um personalidade que surge e se aperfeiçoa à medida que se distancia da fecundação e se aproxima da idade adulta, mantendo sempre as características herdadas dos seus ancestrais, que servem de base para o conhecimento e a aprendizagem; estes, por sua vez, são também influenciados pelas condições ambientais em que se processa sua vida.

Entendemos a personalidade do adolescente como um dos fatores mais importantes que influenciam o seu comportamento, o seu modo de agir. Desta forma, a personalidade de um indivíduo consiste na maneira característica pela qual o mesmo se relaciona com outras pessoas e reage às diferentes situações do cotidiano.

Ainda em relação às inúmeras transformações vivenciadas durante a fase da adolescência, Becker (1985, p. 57) menciona que

“Para tentar compreender o adolescente, tanto no seu desenvolvimento pessoal quanto na sua relação com o mundo, é preciso olhar para ele desde uma perspectiva a mais ampla possível, que inclua não só as transformações biológicas e psicológicas, de importância fundamental, mas também o contexto sócio-econômico, cultural e histórico no qual ele está inserido”.

A compreensão da adolescência implica em considerar os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais, pois estes condicionam e

interferem no processo de desenvolvimento de qualquer ser humano. Por outro lado, o contexto sócio-econômico em que o indivíduo se encontra inserido exerce significativa influência na sua pessoa, mediante a própria sobrevivência e a idealização de seu futuro.

Sabemos que o adolescente passa por muitas fases no decorrer deste processo, e que estas se constituem de características muito particulares. Para os pais, os primeiros anos da adolescência podem parecer um período muitas vezes de transgressão, vaidade, orgulho e agressividade e, outras vezes, de impotência e extrema dependência. Tanto no início como no final da adolescência, o indivíduo demonstra intensas contradições. O adolescente ama e odeia, comunica-se livremente. Quando se sente incompreendido, retrai-se facilmente. Ao mesmo tempo em que é submisso, é rebelde, egoísta e idealista.

A adolescência, por sua vez, se confirma numa guerra interna e externa cuja batalha central é a formação da identidade, sendo que as constantes alterações de comportamento podem ser consideradas como uma tentativa de estabelecer uma identidade segura. Convém mencionar que os padrões de comportamento são muito variáveis, ou seja, variam de cultura para cultura, de grupo para grupo numa mesma cultura, e de indivíduo para indivíduo num mesmo grupo.

Tiba (1986, p. 49) afirma que *“como o adolescente está em franca evolução na procura ativa de sua própria identidade, ele passa por incontáveis situações donde resultam, também, incontáveis períodos críticos”*. Estes períodos críticos variam quanto à duração e intensidade e, evidentemente, de adolescente para adolescente.

Idealmente, a crise de identidade deve ser resolvida ao final da adolescência ou logo após os vinte anos, de modo que o indivíduo possa prosseguir rumo às outras etapas da vida com mais experiência e maturidade.

Todavia, convém ressaltarmos que é neste período que o adolescente se encontra mais vulnerável às diversas influências – positivas e/ou negativas – e se defronta com diferentes caminhos, escolhas e possibilidades. Da mesma forma, há a necessidade exacerbada de se vivenciar novas experiências, de

quebrar regras, limites e impor opiniões e condutas descritas como “anti-sociais”, muitas vezes como formas de contestar e expressar repulsa às normas estabelecidas pela sociedade e pelo sistema sócio-econômico vigente.

Por outro lado, em geral, os adolescentes também expressam a necessidade de pertencer a um grupo de amigos e fazer parte de uma turma, cuja aproximação normalmente ocorre em função da identificação entre os membros integrantes.

A tendência natural remete os adolescentes a se afastar dos laços familiares, desinteressando-se, por vezes, da companhia dos pais e até mesmo dos irmãos, voltando totalmente suas atenções ao grupo. Na verdade, no grupo, o adolescente encontra subsídios concretos à sua afirmação, pois começa a se sentir “alguém” à medida que se veste, fala e age como os membros de seu grupo.

Nesse contexto, porém, podem surgir alternativas perigosas; os adolescentes, por vivenciarem transformações inúmeras, constituem uma população de risco em relação, por exemplo, ao uso de drogas e à prática do ato infracional.

Assim, para muitos adolescentes, a experiência de ruptura em relação a normas e referenciais é extremamente relevante no sentido de marcar o início de uma trajetória de ato infracional, revelando graves prejuízos na constituição de sua identidade, no seu modo de estar no mundo, na sua relação com os outros e consigo mesmo.

Em suma, esta breve conceituação da adolescência é de grande importância para que possamos compreender a sua relação com o ato infracional praticado por um adolescente.

1.2 O Ato Infracional

Após compreendermos o significado da adolescência e as características próprias deste período, consideramos importante discorrer sobre o ato infracional praticado na adolescência, apresentando, inclusive, sua definição legal.

Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, Livro II, Parte Especial, Título III – trata diretamente da Prática do Ato Infracional, sendo que, em seu artigo 103, define ato infracional como sendo *“a conduta descrita como crime ou contravenção penal”*. A responsabilidade pela referida conduta tem seu início aos 12 anos de idade, conforme estabelece a própria Lei.

✦ Convém aqui mencionar que a terminologia “ato infracional” refere-se a qualquer ação definida como tal, praticada por criança ou adolescente, embora caibam às crianças medidas específicas de proteção (ECA, cap. II, art. 101).

Quando o adolescente comete um ato infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente coloca que o mesmo, ao ser apreendido em flagrante, deverá ser encaminhado sem algemas, em veículo comum, até a delegacia especializada – na capital, a 6ª Delegacia de Polícia - para registro de boletim de ocorrência. Da mesma forma, estabelece que, imediatamente após a apreensão do adolescente, tanto a família deste (ou seu responsável) quanto a autoridade judiciária deverão ser informados do ocorrido (Art. 107 do ECA).

Assim, comparecendo qualquer dos pais ou o responsável – e considerando também a gravidade do ato infracional cometido –, o adolescente necessariamente deve ser liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade, para que se apresente ao representante do Ministério Público, ainda no mesmo dia, se possível, ou no primeiro dia útil imediato (Art. 174 do ECA).

É, pois, este o procedimento correto diante da prática de ato infracional. Sabemos, no entanto, que, não raras vezes, a Lei é ignorada e os

direitos do adolescente autor de ato infracional são desrespeitados. Em diversas ocasiões, presenciamos o não cumprimento deste procedimento em nossa instituição de estágio, o PLIAT – Plantão Interinstitucional de Atendimento – quando nos deparamos, através dos atendimentos individuais, com adolescentes encaminhados diretamente à instituição, muitas vezes algemados, sem flagrante delito e longas horas depois do momento da apreensão. Dificilmente os pais dos adolescentes são comunicados da apreensão de seus filhos e, quando o são, geralmente tal atitude não parte da iniciativa dos policiais, mas sim de vizinhos ou colegas do adolescente apreendido, ou ainda por meio da instituição.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 231, intitula como crime *“deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade jurídica competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada”*.

Relevante se faz salientar que estas situações evidenciam as constantes irregularidades cometidas por policiais do 6º DP, justamente por tratar-se de uma delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente. Não é aceitável, porém, que a falta de competência profissional prejudique, de alguma forma, o adolescente que se encontra em situação de risco pessoal e/ou social, sendo estes considerados pelo Estatuto sujeitos de direito – garantidos pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – e seres em pleno desenvolvimento.

Diante do exposto, é preciso intensificar nossa atenção em função da qualidade do atendimento prestado aos adolescentes autores de ato infracional e exigir o efetivo cumprimento da Lei.

O Estatuto prevê em seu artigo 173 que, no caso de apreensão do adolescente em flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deverá:

- I – Lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente;
- II – Apreender produto e os instrumentos da infração;

III – Requisitar os Exames ou perícias necessárias à comprovação da materialidade e autoria da infração.

Em seguida, em caso de não-liberação do adolescente aos pais ou responsável, em função da gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deve o adolescente permanecer aguardando em instituição de atendimento, para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública. *Todavia, cabe à autoridade policial encaminhar imediatamente o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.* O Estatuto prevê ainda que, na impossibilidade de sua imediata apresentação, o adolescente deve ser encaminhado à entidade de atendimento, a qual impreterivelmente fará a sua apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de vinte e quatro horas (Arts. 174 e 175 do ECA). Faz-se necessário mencionar que o PLIAT é a entidade de atendimento ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional praticado na Grande Florianópolis e seu funcionamento dá-se em sistema de plantão.

Posteriormente à apreensão do adolescente, o Ministério Público deverá, no mesmo dia e à vista de auto de apreensão e do boletim de ocorrência ou relatório policial, proceder imediata e informalmente a sua oitiva e, sendo possível, também a de seus pais ou responsáveis, vítimas e testemunhas. Realizadas as providências cabíveis, o representante do Ministério Público poderá promover o arquivamento dos autos, conceder a remissão ou representá-lo à autoridade judicial para aplicação de medida sócio-educativa (Arts. 179 e 180 do ECA).

Pelo arquivamento dos autos entende-se o encerramento do caso; pela remissão, a qual consiste no perdão do ato infracional praticado pelo adolescente, finda-se a necessidade de apuração dos atos; e pelo pedido de representação, solicita-se a instauração de processo.

Embora a remissão concedida pelo Promotor Público represente a exclusão do adolescente do processo judicial, este poderá ainda determinar cumulativamente o cumprimento de medidas sócio-educativas e protetivas, exceto a medida de semiliberdade e de internação do adolescente. Neste caso,

as medidas mais utilizadas são a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviço à Comunidade. No entanto, para a aplicação das medidas sócio-educativas possíveis, faz-se indispensável a concordância do adolescente e de seus pais que, se acharem necessário, poderão solicitar a revisão das mesmas a qualquer tempo. Ainda assim, ao Juiz da Infância e da Juventude cabe a homologação das medidas sócio-educativas conferidas pelo Promotor Público.

Se o Promotor do Ministério Público decidir pela representação, propõe-se a instauração de um processo, o qual implica na execução de uma série de procedimentos que se iniciam com a *audiência de apresentação* do adolescente. A audiência de apresentação pressupõe a presença das pessoas envolvidas ao ato infracional praticado (ou seja, o adolescente, seus pais, a vítima e as testemunhas) para serem ouvidas pelo Juiz, na presença do Promotor e do Defensor do adolescente acusado. Há, ainda, a *audiência de instrução e julgamento*, na qual será decretada a sentença final, para o cumprimento de medida sócio-educativa. Entretanto, o Juiz só poderá definir a medida sócio-educativa ao adolescente mediante o reconhecimento e a comprovação da existência do fato, sob a confirmação de que se trata realmente de um ato infracional e de que o adolescente tenha efetivamente participado do mesmo (ECA, art. 189).

Assim, com base nas colocações apresentadas até o momento, podemos afirmar com absoluta certeza que há a responsabilização do adolescente por todo e qualquer ato infracional que por ventura tenha cometido. Diferentemente do que se costuma afirmar – através da própria sociedade civil e, particularmente, da mídia – a prática de ato infracional implica na responsabilização direta do adolescente, por este ser considerado, igualmente, sujeito de direitos e de deveres.

É importante ressaltar que o adolescente autor de ato infracional deve ser considerado sempre como pessoa em desenvolvimento, sendo que os conflitos inerentes à idade cronológica, bem como sua saúde física e emocional e os aspectos estruturais da própria personalidade, além da sua situação sócio-econômica e familiar, interferem no seu modo de ser, agir e pensar.

Da mesma forma, é preciso compreender a prática do ato infracional como fato complexo, devido ao número de fatores que o constituem, e não como algo uniforme dentro do grupo. Realmente, embora o ato infracional seja, aparentemente, um traço comum que reúne os adolescentes num grupo mais ou menos homogêneo, torna-se necessário, ao mesmo tempo, fazer diferenciações.

Na verdade, as diferenças dentro do grupo ficam claras se considerarmos: a gravidade do ato infracional, os motivos e circunstâncias determinantes ou desencadeadores do ato, a trajetória no sentido de uma vida associada à prática infracional, o envolvimento com gangues, a presença ou não de adultos responsáveis e, inclusive, os aspectos relacionados ao comprometimento psicológico. Enfim, deve-se levar em conta as diferenças existentes.

É de nosso conhecimento que o artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que são *“penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos”* e que a eles destina-se a aplicação das medidas sócio-educativas (Art. 112 do ECA).

O direito à inimputabilidade até os 18 anos já existia no Código Penal de 1940 e apenas foi mantido com a aprovação do Estatuto. Por *inimputabilidade entende-se que determinadas pessoas – crianças e adolescentes até 18 anos e adultos com problemas de desenvolvimento mental –, por sua condição de desenvolvimento e maturidade, não são responsabilizados por seus atos pela legislação penal. Isto não significa impunidade; sua responsabilização se dará no limite de seu discernimento, através da aplicação de medidas de proteção ou medidas sócio-educativas. Ou seja, a inimputabilidade não deve ser confundida com a impunidade.*

Por conseguinte, constada a prática de ato infracional, compete à autoridade judiciária a aplicação das medidas sócio-educativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, tais como:

- Advertência;
- Obrigação de reparar o dano;
- Prestação de serviço à comunidade;

- Liberdade assistida;
- Inserção em regime de semiliberdade;
- Internação em estabelecimento educacional;
- Qualquer das medidas previstas no art. 101, I a VI.

Em contrapartida, a adequada aplicação e execução das medidas sócio-educativas dependem, sobretudo, do conhecimento da realidade local. É, pois, fundamental diagnosticar a realidade do adolescente autor de ato infracional, as circunstâncias que o levaram à prática do ato, a sua personalidade, as condições sócio-econômicas e familiares, a sua escolaridade, faixa etária e a possível correlação da prática do ato infracional com o uso de drogas, entre outros.

Para tanto, a aplicação de medidas sócio-educativas não pode acontecer isolada do contexto social, político e econômico em que está inserido o adolescente. Do mesmo modo, intencionando atingir os objetivos pedagógicos e de reintegração social, faz-se necessário conhecer a disponibilidade de programas e serviços em nível municipal, regional e estadual, uma vez que estes podem significar oportunidades de superação da condição de exclusão e de promoção da vida social do adolescente.

Existem, portanto, princípios básicos para a aplicação das medidas sócio-educativas, as quais oferecem alternativas extremamente ricas e variadas para promover a transformação e a reinserção do adolescente na sociedade, além de, obviamente, procurar criar condições para que o adolescente construa um projeto de vida que o distancie da prática do ato infracional.

É necessário ter presente que as medidas sócio-educativas não têm um sentido de pena ou castigo, pois as mesmas não se destinam a este fim, como já mencionamos anteriormente. Ainda que possibilitem a prática de restrição parcial ou de privação da liberdade – por meio da medida de semiliberdade e de internação – busca-se, como prioridade absoluta, atender, orientar e auxiliar o adolescente.

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente passa a oferecer uma resposta aos anseios da sociedade pois, com a criação das

medidas sócio-educativas, a própria comunidade pode se defender do ato infracional praticado por adolescentes.

Contudo, existe um outro lado, tão importante quanto o acima mencionado: entendemos que a prática do ato infracional sempre revela um prejuízo ao adolescente, cuja conduta deve ser interpretada como um pedido de socorro e de atenção, sendo que a família, a sociedade e do Estado possuem a responsabilidade e o dever de decodificá-lo e de buscar a solução para o problema. Ou seja, o desafio maior está em compreender o motivo para tal prática e perceber que o ato infracional na adolescência não representa apenas uma transgressão ou um simples "quebrar de regras". E, sobretudo, é preciso assimilar o fato de que um ato infracional cometido na fase da adolescência não condiciona, em hipótese alguma, o adolescente a reincidir e tornar-se um adulto criminoso.

1.3 O Perfil do Adolescente Autor de Ato Infracional

A violência praticada por adolescentes tem, gradativamente, se transformado em um grave problema para a sociedade brasileira, especialmente nos seus centros urbanos, acompanhando uma tendência mundial de crescimento deste fenômeno.

Contudo, a correta compreensão deste fato requer analisarmos o perfil dos adolescentes que cometem atos infracionais, diante do drama cotidiano de sobreviver à organização econômica, política e social de nosso país, que se caracteriza pela distribuição extremamente desigual de renda, bem como à própria negação de mecanismos de efetivação de justiça e de cidadania.

Em linhas gerais, a condição fundamental de vida destes adolescentes se caracteriza pela ausência de direitos de cidadania: saúde, educação, habitação, lazer, segurança, apoio, cuidados preferenciais, proteção contra violência etc. Há, entretanto, uma série de fatores que condicionam a vida dos

adolescentes autores de ato infracional e que, por consequência, os impulsionam a agir e a reforçar esta prática.

A ausência dos direitos se reflete nas condições de vida de amplos setores da população brasileira, que vivem num processo de pauperização crescente e de miséria. Esta ausência determina prejuízos no desenvolvimento pessoal e social de toda a população e, em especial, evidentemente, dos adolescentes, pessoas em desenvolvimento psicossocial.

+ Portanto, é necessário compreender que o fenômeno do adolescente autor de ato infracional se inscreve no contexto social, econômico e político; suas raízes revelam determinações histórico-estruturais. Não resta dúvida, pois, de que a constatação de adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social revela a carência, a desassistência, a falência das políticas públicas e o enfraquecimento moral e financeiro de inúmeras famílias. +

Este cenário propicia o aumento do número de jovens que se vêem obrigados a buscar alternativas de sobrevivência e que acabam, muitas vezes, por escolher as ruas como meio de vida, passando a cometer atos infracionais.

Com base em dados coletados pelo Serviço Social do PLIAT, podemos afirmar, inclusive, que os adolescentes autores de ato infracional apresentam características bastante semelhantes entre si. Estes dados se confirmam através de uma pesquisa realizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina no ano de 1999, a qual buscou diagnosticar a situação do adolescente autor de ato infracional no território catarinense, traçando inclusive o perfil do jovem em conflito com a Lei.

Estatisticamente, a grande maioria dos adolescentes que cometem atos infracionais na Grande Florianópolis é do **sexo masculino**, sendo que a maior incidência ocorre na faixa etária compreendida entre **15 e 17** anos de idade. Observa-se, de forma bastante clara, que o número de adolescentes que cometem algum delito aumenta gradativamente com o progresso na idade cronológica. Nos últimos meses, no entanto, esta prática tem se tornado freqüente inclusive entre adolescentes de 12 a 14 anos de idade, que merecem, assim, igual atenção.

Quanto à **documentação** dos adolescentes, constata-se que quase todos possuem a Certidão de Nascimento como único documento de identificação.

Constata-se também que os adolescentes, e possivelmente suas famílias, sobrevivem com apenas **um salário mínimo**, sendo que, alguns não recebem qualquer remuneração fixa. Esses dados alarmantes reforçam ainda mais a noção de precariedade da situação sócio-econômica dos adolescentes e de suas famílias. Se os mesmos, em termos de inserção no sistema produtivo, exercem trabalhos considerados como ocupações "marginais" dentro do sistema, sua situação sócio-econômica, conseqüentemente, também vai refletir essa situação de marginalidade, a exemplo do seu modo de agir e ser no mundo.

É interessante mencionar a questão da procedência, já que grande parte dos adolescentes que cometem algum ato infracional na região da Grande Florianópolis **reside no Bairro Monte Cristo**, local para onde normalmente aflui uma população marginalizada e excluída de seus direitos. Tudo indica que é nas áreas mais deterioradas das comunidades que vive grande parte da população, a qual, muitas vezes, fica exposta às mais diversas situações.

Existe uma contradição nos depoimentos de alguns adolescentes atendidos pelo Serviço Social no PLIAT, quando estes são questionados sobre sua opinião a respeito do **relacionamento familiar**. No mesmo instante em que exprimem alegria em tê-los, apontam um certo ressentimento sobre o modo como agem seus pais, conseqüência de casamentos desfeitos e de novos casamentos, da forte presença de pais dependentes químicos - álcool e/ou drogas - e da violência familiar entre eles.

Assim, muitos adolescentes são filhos de pais separados e, na maioria das vezes, não conseguem enfrentar essa separação com maturidade, manifestando, por conseguinte, angústias e conflitos. Esses sintomas se acentuam ainda mais quando a mãe (ou o pai, dependendo de com quem o adolescente reside) acaba tendo outros relacionamentos amorosos, o que, por vezes, é inaceitável para o adolescente.

Com relação à **situação escolar** dos adolescentes, pode-se afirmar que esta é extremamente preocupante, se considerarmos especialmente a sua implicação direta com relação ao futuro do adolescente e às possibilidades do mesmo romper com a prática do ato infracional e construir um novo projeto de vida, mais saudável e promissor.

Conforme dados colhidos periodicamente através de atendimentos aos adolescentes realizados pelo Serviço Social, verifica-se que a maioria **não está estudando**, acarretando num número reduzido de adolescentes que tenham completado o 1º Grau, caracterizando, de certa forma, a desistência dos alunos e uma elevada percentagem de semi-analfabetos.

Nesse sentido, a escola pode ser percebida como um local que apresenta poucos atrativos para muitos adolescentes, pois não consegue estabelecer um vínculo com o mesmo, que acaba optando pela companhia dos amigos, das drogas e da rua.

Ainda assim, dentre os adolescentes que estudam, muitos são repetentes e freqüentadores de escolas da rede pública, normalmente da escola estadual.

Dentre os motivos pelos quais os adolescentes **abandonam os estudos** predomina a simples falta de interesse, seguida da necessidade de trabalhar, além de problemas familiares, dificuldades de aprendizagem, drogas e brigas com colegas. O universo das razões para o abandono dos estudos engloba também outros motivos menos freqüentes, que são: dificuldades financeiras, mudança de localidade, mudança na família, dificuldade de transporte, expulsão, faltas constantes e gravidez.

Relevante se faz mencionar que entre as **circunstâncias que propiciam** (ou que facilitam) a prática do ato infracional, figura sem dúvida, o fato de estar ou não o jovem freqüentando a escola.

É, pois, *necessário salientar que a questão da ociosidade, muito presente na vida dos adolescentes, reflete diretamente na proporção de atos ilícitos cometidos por estes. Há, portanto, a necessidade de preencher essa vida, prioritariamente através do ensino regular e de atividades pedagógicas complementares, possibilitando oportunizar novos referenciais ao adolescente.*

A importância desta ação se traduz na constatação de que, infelizmente, o adolescente que comete ato infracional dificilmente retorna aos estudos.

Da mesma forma, sabe-se que **a grande maioria dos adolescentes autores de ato infracional** não trabalha. Esta, entretanto, é uma questão bastante complexa. A análise que normalmente se faz compreende como necessária a sua inserção no mercado de trabalho, diante da enorme carência financeira que apresentam. Todavia, a própria legislação atual não permite que adolescentes trabalhem até atingirem os 16 anos de idade, justamente por considerá-los pessoas em pleno desenvolvimento biológico e psicossocial.

Há que se considerar, no entanto, que a realidade destes adolescentes impõe a necessidade de trabalhar para garantir a própria sobrevivência, normalmente fazendo biscates, como autônomos. Por conseguinte, pouquíssimos adolescentes exercem **atividades de trabalho com carteira assinada**, estando sujeitos a qualquer tipo de acidente sem qualquer proteção legal, a exemplo dos ajudantes de pedreiro, entre outros.

Sobre os motivos das **saídas do trabalho** pode-se afirmar que estes são numerosos e extremamente diversificados. Entre eles, é possível citar: problemas econômicos do empregador; término do serviço (como autônomo, empreiteiras, etc.); porque cansou do trabalho; em função do ato infracional; por demissão/dispensa; por desentendimentos com o empregador; por causa do salário (baixo, atraso/falta de pagamento); por faltas no serviço; por ter cometido furtos; em razão de mudança; por causa de drogas; por falta de registro na carteira de trabalho etc.

No que se refere **à saúde** dos adolescentes, verifica-se que, em geral, os adolescentes possuem saúde precária, em função do baixo poder aquisitivo e da deficiente infra-estrutura dos serviços de atendimento existentes. Porém, a fragilidade da saúde dos adolescentes encontra na droga o seu principal causador – grande responsável inclusive pela maioria dos atos infracionais cometidos.

Sabe-se que grande parcela dos adolescentes autores de ato infracional **consome drogas** constantemente, até mesmo como um refúgio

contra suas angústias e dificuldades. A necessidade de consumo é certamente mais evidente entre os membros deste grupo.

Ainda assim, as drogas utilizadas variam de adolescente para adolescente. Alguns se iniciam no mundo das drogas experimentando bebidas alcoólicas; outros começam cheirando cola, éter ou thinner. Mas há também os que começam consumindo diretamente a maconha, a cocaína ou o crack. O que sabemos é que no jogo das drogas não há regras e nem limites. O que vale é o desejo, a curiosidade, a necessidade.

O rápido acesso e a facilidade de se conseguir a droga amedronta os lares do mundo inteiro, especialmente com o aparecimento e a disseminação do crack e do ecstasy. Na ânsia de obter a droga, o adolescente age impulsivamente e, em algumas ocasiões, de forma agressiva e violenta.

Outro dado relevante consiste no **número reduzido de adolescentes que se “assume” como dependente químico** e se prontifica a ser encaminhado a programas de tratamento – haja visto que um número reduzido de adolescentes assim o fez ou pretende fazer.

Há que se ressaltar, neste cenário, a carência em todo o Estado de programas específicos, pois são poucas as alternativas existentes, dificultando a ação de profissionais que atuam na área da Infância e Juventude.

Apesar das limitações, os adolescentes que decidem fazer o tratamento são normalmente encaminhados às possíveis instituições, após a realização dos exames necessários. Sabe-se que quase sempre estes se dão por meio da iniciativa da Justiça da Infância e Juventude, da família, do Conselho Tutelar, das entidades de internação ou dos técnicos de programas Sócio-Educativos em meio aberto.

Em relação à questão do HIV, é preciso mencionar que não há dados concretos que possibilitem revelar o quadro atual. Porém, considerando a situação de vulnerabilidade dos adolescentes, procura-se, conscientizá-los da importância da prevenção e da aplicação do teste, fornecendo-lhes as informações necessárias.

Outro dado de suma importância diz respeito à razoável parcela dos adolescentes que **possuem filhos**. Segundo estudos do Ministério da Saúde, a

gravidez na adolescência vem aumentando nas últimas décadas e, portanto, tem sido identificada como um dos grandes problemas de saúde pública neste final de século. Os dados apontam que ocorreu um aumento no número de partos realizados na faixa etária de 10 a 14 anos entre 1993 e 1996, passando de 26.505 para 31.911 e, na faixa etária de 15 a 19 anos, no mesmo período, houve um salto de 611.608 para 675.839 partos.

Esta realidade não está muito distante, se compararmos esses dados com as estatísticas em nível local, demonstrando a necessidade de uma intervenção imediata e eficaz, com ações que visem o controle da natalidade, o acesso à orientação sexual e a distribuição de contraceptivos. Somente desta forma, poderemos evitar que este quadro se agrave ainda mais e comprometa o futuro dos adolescentes.

Em relação às **condições de moradia e de saneamento**, pode-se afirmar que praticamente todos os adolescentes possuem água encanada e luz elétrica, embora os cômodos das casas sejam extremamente pequenos e algumas vezes improvisados, acomodando um grande número de pessoas.

Mesmo assim, embora uma parte considerável dos adolescentes nunca tenha fugido de casa, parcela razoável já o fez. A fuga muitas vezes acontece em razão dos conflitos familiares, incluindo brigas com os pais, padrasto ou madrasta, irmãos e avós. Por outro lado, a rua proporciona uma sensação de liberdade ao adolescente; é o lugar propício para fazer uso da droga e furtar – atitudes estas nem sempre aceitas no meio familiar.

De qualquer forma, os adolescentes normalmente retornam para casa porque a família os procura ou por vontade própria. Alegam, nestes casos, a fome e a saudade de seus familiares. Há casos ainda em que o retorno se dá por iniciativa da polícia e, em outras vezes, do Conselho Tutelar.

É considerável também o número de adolescentes que são atendidos pelo Conselho Tutelar, confirmando a complexidade dos problemas em que estão envolvidos.

Com relação aos motivos pelos quais os adolescentes **são apreendidos**, concentram-se principalmente na prática de furto, seguido do seu envolvimento com drogas, uso, porte e tráfico, além de lesões corporais.

Com menor frequência, tem-se registrado a apreensão dos adolescentes em função de porte de arma, de desordem, mandado de busca e apreensão, por descumprimento de medida sócio-educativa e estupro.

Observa-se também que os atos infracionais são **mais praticados** no verão, em virtude do grande fluxo de turistas na cidade, além desta estação propiciar a permanência dos adolescentes na rua.

Ao se examinar a distribuição dos adolescentes em relação à quantidade de vezes que tiveram infrações registradas no PLIAT, é impossível não mencionar o número significativo de reincidências, sendo que esta acontece, na maior parte das vezes, através da prática do furto.

Já em relação ao **horário da prática da ação delituosa**, verifica-se que esta costuma acontecer no período compreendido entre 21 h e 3 h, ou seja, a preferência está no período noturno.

Quanto aos motivos que levam o adolescente a **praticar o ato infracional**, em primeiro lugar aparece o envolvimento com drogas, tanto o uso quanto o tráfico – em especial o primeiro. Em seguida, elenca-se a prática do ato infracional para “arrumar dinheiro”, tanto para si como para a sua família; para comprar roupas de marca; a influência dos amigos; a própria impulsividade natural do adolescente e o uso de álcool, além de outras razões menos significativas, tais como: conflitos familiares, facilidades encontradas, o convite feito por adultos ou a simples curiosidade. Todavia, o envolvimento com drogas é a principal razão para o adolescente cometer ato infracional, pois a dependência da droga acarreta esta prática. Por outro lado, muitos adolescentes só chegam a praticar o ato infracional sob o efeito de drogas.

Há que se considerar ainda que muitos adolescentes encontram-se acompanhados – quase sempre por amigos – quando cometem o delito.

Ainda que não ocorra com tanta frequência, alguns adolescentes afirmam estar acompanhados de adultos quando da prática delituosa, o que vem confirmar a exploração dos adolescentes, aproveitando-se da inimputabilidade assegurada a eles pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sendo assim, se faz necessário responsabilizar penalmente os adultos que se aproveitam e se beneficiam da prática delituosa do adolescente – em

razão da alta probabilidade da sua não apreensão - para que este contexto possa ser modificado.

Normalmente, porém, a idéia de praticar o ato infracional parte do próprio adolescente que, após a prática do mesmo, simplesmente vai para casa, o que acaba contribuindo para a sua apreensão. Outros fogem e *compram drogas logo após cometer o ato*. A *comercialização do produto do furto* é outra atitude muito comum, sendo que são poucos os adolescentes que se arrependem da prática do ato infracional.

Muitos adolescentes que praticam ato infracional recebem medida sócio-educativa para cumprir (Art. 112 do ECA), sendo que a medida mais aplicada aos jovens é a Liberdade Assistida, seguida da Prestação de Serviço à Comunidade.

Quanto aos locais de cumprimento das medidas sócio-educativas, a maioria as cumpre em Centros Educacionais Regionais – internação –, bem como em estabelecimentos educacionais, postos de saúde, pronto socorro, creches, abrigos, hospitais, maternidades, prefeituras etc.

Embora a prática do ato infracional seja comum na sua vida, eles, muito contraditoriamente, admitem ter consciência de sua conduta e acreditam estar agindo de forma incorreta.

Convém relatar que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o acesso à informação sobre o processo e garante a assistência jurídica quando necessário (Artigo 101 do ECA).

Com relação à **aspiração profissional**, infelizmente, a grande maioria dos adolescentes não demonstra interesse em investir na sua capacitação profissional e, quando mencionam as atividades que gostariam de desenvolver, se restringem a atividades como mecânico, motorista de ônibus, professor etc.

Um dado preocupante refere-se ao fato dos pais dos adolescentes **não comparecerem à instituição e nem mesmo ao Juizado da Infância e Juventude** para acompanhar o processo de seus filhos. Esses dados se confirmam através de uma pesquisa realizada na própria instituição, a qual aponta como uma das causas a não comunicação da apreensão do adolescente a seus pais e/ou responsáveis.

Uma outra questão de grande importância diz respeito aos relatos de adolescentes que **sofrem violência por parte da polícia civil e militar**, sendo que estes chegam em alguns casos, a requintes de tortura. O policial utiliza-se do poder da farda para cometer o que denominamos “abuso de autoridade”, crime previsto na Lei n.º 4.898/65.

Um dos fatores aos quais se atribui a crescente violência por parte dos policiais – especialmente os militares – está relacionado à certeza da impunidade. Entendemos que o policial militar age com a certeza de que não será punido, haja visto que na grande maioria das vezes estes não são julgados pela justiça comum.

Os artigos 232 e 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõem sobre situação vexatória, constrangimento e crimes de tortura, bem como sobre as penas para as referidas situações. No entanto, embora haja a lei, as agressores continuam impunes e exercendo suas funções, reforçando novamente este quadro.

Espancamentos, torturas e ameaças de morte estão se tornando freqüentes na vida dos adolescentes autores de ato infracional, o que fere os direitos dos adolescentes e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Muitos chegam ao PLIAT extremamente machucados e revoltados com a atuação dos policiais. E, por conseqüência, a prática do exame de corpo de delito já faz parte do processo de trabalho do Serviço Social da instituição.

Assim, em decorrência das inúmeras queixas de agressões e maus-tratos, tomamos o cuidado de sempre questioná-los durante o atendimento e orientá-los a comunicar e denunciar os policiais agressores para o Promotor do Juizado da Infância e Juventude.

No entanto, percebemos, com o passar do tempo, que as agressões continuavam e sentimos a necessidade de elaborar um documento, visando registrar e denunciar as agressões sofridas pelos adolescentes atendidos pelo Serviço Social do PLIAT. Este documento foi encaminhado à Promotora do Juizado de Infância e Juventude, no final do mês de março deste ano, forçando assim a intervenção imediata do Ministério Público e do Judiciário.

Logo no início do mês de abril do corrente ano, a Promotora nos comunicou que este documento já se encontrava em posse do Dr. Gercino Gerson Gomes Neto, coordenador do Centro das Promotorias da Infância, e que o mesmo estava tomando as devidas providências.

Convém ressaltar que, a partir deste movimento que se iniciou, começaram a surgir matérias no jornal Diário Catarinense e no RBS Notícias, abordando a problemática e apresentando-a à sociedade, para que a mesma tome conhecimento do que vem acontecendo e possa buscar soluções e exigir o cumprimento da Lei.

Faz-se necessário reverter o presente quadro de violência contra os adolescentes que se encontram ameaçados no seu direito à vida, à liberdade e à dignidade, garantindo-lhes o respeito e a integridade física, psicológica e moral, assegurando-lhes o pleno exercício de seus direitos como pessoas humanas e de cidadãos.

Por fim, um outro conhecimento importante se refere às **expectativas do adolescente diante da vida**. Tem-se constatado que muitos dos adolescentes não conseguem visualizar qualquer transformação em suas vidas. Percebem, entretanto, que não existem oportunidades iguais para todos e que suas vivências reforçam ainda mais este quadro.

O limitado horizonte de vida que a maioria desses jovens tem pode ser percebido a partir da impossibilidade de satisfação de suas necessidades mais básicas: moradia, escolaridade, emprego e lazer.

O contexto em que estão inseridos se configura a partir de visões preconceituosas, de limitações, de negação da cidadania e de rebaixamento da auto-estima. O futuro entrevisto por estes adolescentes representa um mundo de incertezas, dúvidas e muitas dificuldades para se construir e executar um projeto de vida totalmente diferenciado da realidade que vivenciam diariamente.

Este olhar preconceituoso sobre o adolescente autor de ato infracional fez-se presente ao longo da história do Brasil e, portanto, consideramos necessário abordar a legislação brasileira direcionada ao mesmo, apresentando, no capítulo a seguir, suas leis próprias, avanços e retrocessos.

2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A MAIORIDADE

No presente capítulo, buscaremos, a partir de um resgate histórico, retratar a legislação brasileira referente ao adolescente autor de ato infracional. Abordaremos leis criadas especificamente para dar conta das questões da infância e da juventude, no decorrer da trajetória da assistência aos mesmos. Dentre as leis, destacaremos o Código de Menores de 1927, o de 1979 e, especialmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seguida, passaremos a discorrer sobre as implicações da maioridade, haja visto que a presente Lei em vigor – o Estatuto – define todos os adolescentes como penalmente inimputáveis, até atingirem a maioridade.

2.1 Resgate Histórico da Legislação Brasileira direcionada ao Adolescente Autor de Ato Infracional

Discursar sobre a legislação brasileira direcionada ao adolescente autor de ato infracional pressupõe considerar, primeiramente, que a evolução histórica do atendimento, da promoção e da defesa dos direitos da criança e do adolescente se desenvolveu de acordo com a conjuntura sócio-econômica e política do país.

Do mesmo modo, a análise de tais políticas implica em considerar questões ideológicas e culturais, além da relação entre Estado e sociedade. Assim, as características de cada momento histórico refletiram diretamente na formulação e execução de leis destinadas à criança e ao adolescente.

Rizzini (1995, p. 49) reforça nossas colocações quando afirma que

“As propostas e encaminhamentos de política para a infância fazem parte da forma como o Estado brasileiro foi se constituindo ao longo da história, combinando autoritarismo, descaso ou omissão para com a população pobre com clientelismo, populismo e um privilegiamento

do privado pelo público, em diferentes contextos de institucionalidade política e de regulação das relações entre Estado e sociedade”.

Os registros existentes demonstram que somente no ano de 1693, através da Carta Régia, estabeleceu-se uma primeira medida de proteção aos “menores” – como eram denominados na época as crianças e adolescentes – obrigando o governador da capitania do Rio de Janeiro a se responsabilizar pelas crianças enjeitadas.

Na verdade, até o início do século XX, poucas ações podem ser caracterizadas como política social. Sabemos, todavia, que nas primeiras décadas do Brasil Império, organizações de caráter religioso assumiam a função de recolher crianças órfãs e abandonadas. Praticavam-se, portanto, medidas de cunho assistencial, representadas especialmente pela Igreja Católica – além de algumas iniciativas privadas – dentro de uma ideologia cristã da prática da caridade.

Surge, entretanto, no ano de 1830, a primeira lei penal do Império, dando origem ao Código Criminal. Esta lei pode ser considerada como um avanço, se levarmos em conta as punições severas que crianças e jovens sofriam antes de 1830, quando eram igualados à população adulta.

A Lei de 1830 responsabilizou penalmente os “menores” a partir de 14 anos e, para os menores de 14 anos que tivessem cometido ato infracional com discernimento, a mesma lei determinou o recolhimento em Casas de Correção. Neste caso, o Juiz poderia estipular o prazo que interpretasse como correto, desde que não ultrapassasse a idade de dezessete anos.

Este Código, que foi o primeiro da América Latina, possuía 313 artigos. Entretanto, como podemos perceber, o Código Criminal de 1830 não apresentava nenhum caráter de proteção à criança e ao adolescente. Ao contrário, sua essência caminhava na perspectiva da repressão e correção, onde a figura do juiz exercia grande poder.

O Código Penal de 1890 é considerado mais rígido, se comparado com o Código Criminal de 1830, em função de propiciar o rebaixamento da idade penal de 14 para 9 anos. Além disso, o Código não oportunizava a solução integral do problema da prática do ato infracional de crianças e adolescentes.

Da mesma forma, prevalecia a distinção entre a “infância abandonada” e os “delinqüentes”.

Podemos afirmar que o surgimento de uma preocupação com a infância se evidencia somente no final do século XIX e se fortalece no século XX. Ocorrem, neste período, intensas transformações no cenário político do país, as quais refletiram na vida social brasileira. O país, que caminhava para a mudança de seu regime político – de Brasil Império para Brasil República, além do marco importantíssimo da Abolição da Escravatura e da mudanças de valores morais – concede espaço para a abertura de debates a respeito da criança e do adolescente.

Em relação ao exposto até o momento, Rizzini (1995, p. 111) menciona que

“Pode-se dizer que as duas primeiras décadas do século XX constituem o período mais profícuo da história da legislação brasileira para a infância. É grande o número de leis produzidas na tentativa de regulamentar a situação da infância, que passa a ser alvo de inúmeros discursos inflamados nas Assembléias das Câmaras Estaduais e do Congresso Federal”.

Embora o discurso expressasse preocupação em defesa da criança, é preciso ressaltar que por trás deste discurso havia o interesse da própria sociedade em manter a ordem pública do país, já que elas representavam, muitas vezes, uma ameaça à mesma ou um distúrbio de comportamento.

Assim, “o problema da criança” adquiriu dimensão política e necessitava ser corrigido, o que exigia a intervenção de setores específicos, entre eles a justiça e a assistência.

Em relação à questão jurídica pertinente ao adolescente autor de ato infracional, podemos destacar o Decreto n.º 16.272, de 20 de dezembro de 1923, o qual determinou a criação do primeiro Juizado de Menores do Brasil e da América Latina.

Sua criação deu-se na cidade do Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, sendo que este órgão se constituía em uma instância de intervenção estatal, principalmente sobre as ações de crianças e adolescentes originários de famílias carentes.

Sabe-se que a Justiça de Menores no Brasil tinha como alvo a infância pobre, além de tomar para si a tarefa de enfrentar tanto a problemática dos atos anti-jurídicos realizados pelos mesmos como o abandono e a desproteção familiar, situações classificadas como “irregulares”.

Na mesma época, iniciou-se uma mudança na concepção de assistência presente em vários países, sendo que a idéia de assistência exercida por religiosos e leigos, bem como a não obrigação do Estado em relação aos pobres, foi sendo gradativamente substituída pela prevalência da assistência pública.

Esta nova fase evidenciou o Estado como interventor de políticas sociais públicas, as quais privilegiaram as questões ligadas à “menoridade” e as decorrentes da relação entre capital e trabalho. Para tanto, a assistência pública deveria abranger as pessoas que se encontravam em situação de abandono material, moral e inclusive, os denominados “jovens delinqüentes”.

É neste contexto que surge o Código de Menores de 1927, também conhecido como Código Mello Mattos, consequência do esforço e da dedicação do juiz Francisco de Mello Mattos à questão do adolescente autor de ato infracional.

O Código de Menores foi instituído através do Decreto n.º 5.083, de 31 de outubro de 1926, e se consolidou no ano seguinte, por meio do Decreto n.º 7.943.

A concepção sustentadora do Código era a doutrina da situação irregular, permanecendo a distinção entre “abandonados” e “delinqüentes”.

O Código de 1927 estabelecia que não haveria “processo penal” para os menores de 14 anos, que seriam encaminhados a um abrigo como forma de punição no caso de ato infracional. No entanto, os maiores de 14 anos estariam sujeitos às sanções penais estabelecidas pelo juiz.

Ainda em relação às bases conceituais norteadoras do Código de Menores de 1927, Costa (1998, p. 14) elenca as seguintes:

- *não se dirige ao conjunto da população infanto-juvenil, mas apenas aos menores em situação irregular;*

- *considera menores em situação irregular os carentes, abandonados, inadaptados e infratores;*
- *não se preocupa com os direitos humanos da população infanto-juvenil em sua integridade. Limita-se a assegurar a proteção para os carentes e abandonados e a vigilância para os inadaptados e infratores;*
- *funcionando com base no binômio compaixão-repressão, a justiça de menores chamava à sua esfera de decisão tanto os casos puramente sociais, como aqueles que envolviam conflito de natureza jurídica;*
- *o conjunto de medidas aplicáveis pelo juiz de menores (advertência, liberdade assistida, semiliberdade e internação) era o mesmo, tanto para os casos sociais, como para aqueles que envolviam conflitos de natureza jurídica. A internação, por exemplo, podia ser aplicada indistintamente a menores carentes, abandonados, inadaptados e infratores;*
- *a inimputabilidade penal do menor de 18 anos significava, na prática, a inexistência de garantias processuais, quando lhe atribuía a autoria de infração penal.*

Como podemos observar, o Código apresentava como pano de fundo o caráter corretivo, tendo o objetivo de educar e disciplinar física, moral e civicamente. Instituiu como solução a internação dos chamados “menores” em reformatórios, sempre que se considerasse necessário.

Na verdade, com a criação do Código de Menores de 1927, o Estado passou a exercer amplo controle sobre a vida das pessoas, pois tinha também por objetivo proteger a sociedade das consequências do abandono tanto material como moral, dessas crianças.

No caso do controle exercido sobre as crianças e adolescentes encaminhados aos reformatórios, ou seja, às instituições correcionais, este código se justificava argumentando que tal atitude acarretaria numa ação benéfica para a sociedade e para o “menor”, uma vez que, posteriormente, o mesmo retornaria “adaptado” e “reparado” ao convívio social.

É preciso mencionar, entretanto, que o Código de Menores de 1927 contribuiu na regulamentação do trabalho infantil e juvenil. A partir dele,

crianças menores de 12 anos estavam proibidas de trabalhar. E, por consequência, foram criadas severas restrições em relação ao horário, local e às pessoas que poderiam empregar os menores de idade.

Mesmo assim, diante da impossibilidade de sanar o problema de jovens que cometiam atos infracionais, o governo criou, no ano de 1941, o SAM – Serviço de Assistência ao Menor. A sua implantação diz respeito ao desejo de manter a ordem social, divergindo da premissa inicial em relação à assistência propriamente dita.

Seu sistema de atendimento se baseava nos internatos – casas de correção e reformatórios – para adolescentes autores de ato infracional, além de patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos, destinados aos “menores carentes e abandonados”.

Em vista do exposto, podemos afirmar que a atuação do SAM seguia o modelo correccional-repressivo, sendo que os seus estabelecimentos – urbanos e rurais – possuíam estrutura e funcionamento muito semelhantes aos do sistema penitenciário.

Necessário se faz mencionar que suas atividades não decorriam de práticas educativas, e que nem ao menos havia a necessidade de evidenciar a existência das mesmas, ainda que através de encenações públicas.

Apontar as falhas do SAM não é tarefa difícil. Várias foram as críticas que o sistema sofreu, tanto por atores governamentais como através da sociedade civil. A respeito deste assunto, Rizzini (1995, p. 73) coloca que *“alguns juizes passaram a condenar o SAM como fábrica de delinqüentes, escolas do crime, lugares inadequados”*.

Além do mais, o seu quadro funcional, a sua rotina de trabalho, os regulamentos internos e as regras e métodos disciplinares aplicados aos adolescentes autores de ato infracional não diferiam significativamente daqueles aplicados à população criminal adulta.

Outro fator de extrema importância refere-se à utilização de lições da criminologia positivista do século XIX, quando da implantação das estratégias de atendimento.

Assim, a questão educacional perdeu espaço para práticas autoritárias e repressivas, contribuindo para agravar ainda mais o sentimento de revolta dos adolescentes atendidos.

Com o processo de industrialização crescente, a partir da década de 50, ocorre, na mesma proporção, um aumento de atos infracionais cometidos por adolescentes, face a necessidade de sobrevivência e a precariedade de suas condições financeiras.

Por conseqüência, o fluxo de atendimento do SAM registrava um aumento expressivo, provocando uma série de problemas no interior de suas unidades.

Embora sua existência tenha se alongado por mais de 20 anos, não houve outra saída a não ser decretar a sua falência e instituir uma nova política de atendimento à criança e ao adolescente, a PNBEM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

A Lei n.º 4.513 de 1º de janeiro de 1964 estabeleceu, em todo o país, a PNBEM, de gestão centralizada e vertical, baseada em padrões uniformes de atenção a crianças e adolescentes, cujo órgão executor fora denominado de FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

Esta Lei obrigava ainda os governos estaduais a criarem as suas próprias Fundações do Bem-Estar do Menor – FEBEM's. Ou seja, a FUNABEM foi criada como instância federal e as FEBEM's como órgãos executores desta política a nível estadual.

A ação da FUNABEM tinha por objetivo erradicar a problemática relacionada ao adolescente autor de ato infracional, através da assistência prestada aos mesmos e às suas famílias. Ainda assim, a FUNABEM se propunha a substituir as práticas correcionais-repressivas do SAM.

Segundo Costa (s/d, p. 19), *“Registra-se, nesse período de modernização conservadora da vida brasileira, uma nova maneira de entender e uma nova maneira de intervir nessa realidade”*.

Com base na palavras do autor acima citado, podemos mencionar que houve uma mudança de mentalidade, substituindo a percepção de “ameaça social” pela necessidade de transformar a personalidade do indivíduo.

Neste cenário, a prática de condutas anti-sociais era identificada como uma disfunção do ser humano, merecedora de atenção e intervenção. Assim, dependendo da gravidade do ato cometido e do nível de periculosidade do indivíduo, o mesmo seria privado de liberdade, permanecendo em instituições especiais destinadas a recebê-lo.

Dentro desse enfoque assistencialista, foram criados centros de triagem nas capitais e redes oficiais de internatos no interior do país. O novo enfoque também passou a reconhecer a situação de carência bio-psico-sócio-cultural dos adolescentes atendidos em todo o país pelo corpo técnico.

Em relação à nova equipe técnica, esta passou a proibir os castigos físicos, a violência e a tortura aos adolescentes e, estimulou, acima de tudo, o diálogo como a nova base de atendimento.

Infelizmente, porém, mesmo tentando resistir às práticas correcionais-repressivas do SAM, a FUNABEM não conseguiu eliminar por completo as raízes dessa antiga forma de atendimento.

A não superação desta prática decorreu em função de inúmeros fatores. Podemos mencionar, entre eles, a inexperiência dos novos técnicos, que não estavam capacitados para atuar diante de brigas, rebeliões, fugas, motins e dependência química, entre outros.

Outro fator importante diz respeito à falta de articulação e intervenção de suas instâncias, voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes em "situação irregular", impossibilitando, evidentemente, um retorno positivo do trabalho desenvolvido, se considerarmos o predomínio das ações fragmentadas e ineficazes.

Um outro problema refere-se à própria estrutura física das instituições, herdadas do SAM, além dos equipamentos e materiais diversos. Mas, sem dúvida alguma, a herança de boa parte dos funcionários do antigo sistema impossibilitou a efetivação de práticas humanitárias e protetivas.

Felizmente, no final dos anos 70, surge no Brasil um movimento de educação progressista, onde o adolescente passa a ser a tônica de debates e encontros de profissionais da área social e jurídica.

Estas discussões em torno do adolescente denunciaram a necessidade de rever conceitos e metodologias de atendimento, o que, por conseguinte, resultou na valorização do mesmo enquanto sujeito de sua história e da história da própria sociedade em que está inserido.

Já não era mais possível aceitar passivamente as constantes críticas feitas ao Código de Menores de 1927. E, embora a criança e o adolescente continuassem a ser vistos como uma ameaça social, o consenso geral explicitou a necessidade de elaborar um novo Código de Menores, adequado à conjuntura sócio-econômica e política do país no final da década de 70.

Assim, surge em 10 de outubro de 1979, a Lei n.º 6.697 que introduz o Código de Menores de 1979, baseado estritamente na doutrina de situação irregular. A aplicação desta lei esteve condicionada às diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

Consideramos importante mencionar que este novo Código não fez qualquer distinção entre abandonados e autores de ato infracional. Ao contrário, perante a lei, todos estavam em situação irregular: os economicamente carentes, os abandonados, os vitimizados, os órfãos, os que apresentassem desvio de conduta e que estivessem em perigo moral, bem como os autores de ato infracional.

Estudiosos afirmam que o Código de Menores de 1979 possuía uma abordagem mais humanista, mas que ainda se destinava exclusivamente às crianças e adolescentes pobres. Na verdade, o Código não tinha uma política universal.

Em razão deste fato, há de se mencionar ainda que o Código de Menores de 1979 foi alvo de críticas de estudiosos. Alguns juristas o consideraram um retrocesso de mais de 50 anos, em função de sua estrutura autoritária e centralizadora.

De acordo com a Diretoria de Polícia da Criança e do Adolescente do Estado de Pernambuco (1998, p. 66-71), podemos demonstrar alguns aspectos que comprovam e justificam essas críticas, como segue:

Base doutrinária – Direito tutelar ao mesmo. Os menores são objeto de medidas judiciais quando se encontram em “situação irregular”, segundo a Lei;

Concepção político-social – Controle social da infância e da adolescência, vítimas das omissões e das transgressões da família, da sociedade e do Estado contra os seus direitos básicos;

Visão da criança e do adolescente – O menor em “situação irregular” deve ser objeto de medidas judiciais;

Posição do magistrado – O Código não exigia fundamentação das decisões de apreender e confinar menores. O critério era subjetivo;

Em relação à apreensão – O Código era anti-jurídico: preconizava incluir a prisão cautelar que já não existia para os adultos;

Objeto – Dispor sobre a assistência do menor entre zero e 18 anos que se encontre em situação irregular e, entre 18 e 21 anos, nos casos previstos em Lei, através de medidas previstas e terapêuticas;

Efetivação em termos de política social – As medidas previstas restringem-se ao âmbito da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM e congêneres), Segurança Pública e Justiça de Menores;

Princípios estruturadores da política de atendimento – Políticas sociais apenas compensatórias, todas elas centralizadas;

Direito de Defesa – Considera que o menor acusado de infração é defendido pelo Curador de Menores (promotor público);

Mecanismos de participação – Não abria espaço à participação capaz de limitar os poderes de autoridade policial, judiciária e administrativa;

Vulnerabilidade sócio-econômica – Os menores carentes, abandonados e infratores deviam passar, todos, pelas mãos do juiz;

Infração – Todos os casos de infração penal passam pelo juiz;

Internamento – Medida aplicável a crianças e adolescentes quando constatada a pobreza (“Manifesta incapacidade dos pais para mantê-los”), sem tempo e condições determinados;

Caráter social – Penaliza a pessoa pobre, através de mecanismos como a cassação do pátrio poder e a imposição de medida de internamento para crianças e adolescentes pobres;

Fiscalização de cumprimento – Não havia fiscalização do Judiciário por qualquer instância, governamental ou não;

Internamento provisório – Era medida mais rotineira;

Política e funcionamento – O Código não tinha uma política, a não ser para o chamado menor, isto é, o filho do pobre. O SAM nunca funcionou bem, assim como não funcionaram todas as suas sucessoras.

Sendo assim, em virtude de suas características repressoras, o referido Código vigorou por apenas poucos anos. E, no ano de 1990, com a criação do CBIA (Centro Brasileiro para Infância e a Adolescência), surge uma nova política de atendimento ao adolescente.

O CBIA nasceu ligado ao Ministério do Bem-Estar Social, porém o contexto político-institucional dos primeiros anos da década de 90 resultou na sua extinção no ano de 1995.

Em seguida, inicia-se a etapa do DCA – Departamento da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria de Assuntos da Cidadania do Ministério da Justiça, que institucionalizou a política atualmente em exercício.

Tanto o CBIA como o DCA foram implantados no país em meio a uma fase de intensas transformações conjunturais, de mudança de governo, de expressiva inquietação e insatisfação, e de críticas em defesa da promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Ainda no início dos anos 80, desencadeava-se no Brasil, um processo de crescimento intelectual, onde estudiosos e sociedade civil se reuniram para criar o que mais tarde culminaria no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

Pode-se inclusive afirmar que, no decorrer da década de 80, o Brasil vivenciou um período de transição para a democracia, o qual oportunizou a expansão de discussões centradas na política de atendimento de crianças e adolescentes autores de ato infracional, na defesa de seus direitos, no reordenamento de instituições públicas, nas funções do Judiciário, na mudança de valores sociais e éticos, além de exigir a participação e responsabilização da sociedade civil frente a estas questões.

O contexto de abertura política favoreceu a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição-cidadã”, por ter se voltado para questões mundialmente debatidas em defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos.

Na verdade, neste período intensificaram-se as críticas ao Código de Menores de 1927 e também ao de 1979, os quais pregavam a chamada “doutrina da situação irregular”. Buscava-se superar este modelo, substituindo-o pelo enfoque de proteção integral.

É neste período também que se constata um elevado crescimento no número de crianças e adolescentes na rua, fazendo uso de drogas, trabalhando ou sobrevivendo através da mendicância e da prática do ato infracional. A grande maioria estava fora dos bancos escolares e do convívio familiar, sendo vítimas constantes de todo o tipo de negligência e violação de direitos.

Diante deste quadro, a criança e o adolescente se converteram em preocupação prioritária da opinião pública, sendo que vários grupos se organizaram em defesa de seus direitos e criaram a Comissão Nacional Criança e Constituinte.

Esta Comissão trabalhou no sentido de sensibilizar, conscientizar e mobilizar a opinião pública e os constituintes, buscando introduzir um conjunto de transformações no que se refere ao atendimento, à promoção e à defesa dos direitos da infância e juventude na Constituição Federal, com base na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 30 de novembro de 1989.

Além disso, a partir da luta de vários movimentos sociais existentes, deflagrou-se nos discursos dos atores sociais o conceito de cidadania da criança e do adolescente. Desta vez, entretanto, não se admitiam divisões em categorias como gênero, etnia e idade.

Faz-se indispensável relatar a forte presença do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, no decorrer deste processo, que se destacou em função de sua prática profissional no atendimento de meninos e meninas de rua, bem como no reconhecimento de seus direitos de cidadãos.

O papel ativo do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua contribuiu para a mobilização da sociedade no sentido de pressionar pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda assim, segundo Rizzini (1995, p. 166),

“A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, diferentemente da trajetória seguida no passado, simbolizou o clímax de um movimento social, que contou com a participação de uma diversidade de atores pela primeira vez presentes na história da legislação retratada. O processo inusitado de elaboração e aprovação da lei foi possível, devido à conjuntura política vivida pelo país, acompanhando a orientação mundial de defesa dos direitos humanos de cada cidadão”.

Como vimos, o amplo processo de mobilização social constituiu um marco histórico na trajetória da assistência social à crianças e adolescentes no Brasil, pois a aprovação da lei federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, garantiu-lhes a

condição de sujeitos dos direitos inerentes à pessoa humana, além de assegurar-lhes oportunidades e facilidades capazes de estimular o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Todavia, a recepção do Estatuto da Criança e do Adolescente deu-se de forma bastante diferenciada nos municípios do país. De modo geral, podemos afirmar que muitos municípios o apoiaram e defenderam os direitos da criança e do adolescente como prioridade absoluta, na perspectiva de proteção integral. Porém outros, mais conservadores, rejeitaram suas propostas de ação, criticando a inexistência de deveres e de responsabilização pelo cometimento de atos infracionais – uma inverdade diante da criação das medidas sócio-educativas.

Apesar das controvérsias, o Estatuto completou neste ano uma década de existência e, seguramente, conseguiu dar um novo rumo à assistência prestada à criança e ao adolescente, introduzindo conceitos e nomenclaturas que os elevam à categoria de sujeitos em desenvolvimento, totalmente capazes de conviver em sociedade.

Novamente, de acordo com a Diretoria de Polícia da Criança e do Adolescente do Estado de Pernambuco (1998, p. 66-71), podemos apresentar as seguintes diretrizes de ação do Estatuto:

Base doutrinária – Proteção integral. A Lei assegura os direitos de todas as crianças e jovens sem discriminação de qualquer tipo;

Concepção político-social – Desenvolvimento social voltado para o conjunto da proteção especial àqueles que são pessoal ou socialmente mais carentes;

Visão da criança e do adolescente – A criança e o adolescente são cidadãos e têm direitos. Além disso, têm outros direitos pela condição peculiar de serem pessoas em desenvolvimento;

Posição do magistrado – O Estatuto garante à criança e ao adolescente o direito a ampla defesa, limitando os poderes (antes absolutos) do juiz;

Em relação à apreensão – garante à criança e ao jovem que ele só pode ser apreendido em flagrante delito de infração penal ou por ordem expressa, fundamentada, do juiz (como qualquer cidadão);

Objetivo – Garante os direitos pessoais e sociais, através da criação de oportunidades e facilidades, a fim de permitir o desenvolvimento físico, mental, psíquico, moral, espiritual, afetivo e social, em condições de liberdade e dignidade;

Efetivação em termos de política social – O Estatuto prevê políticas sociais básicas, políticas assistenciais supletivas, proteção e defesa das crianças e adolescentes vitimizados e proteção jurídico-social;

Princípios estruturadores da política de atendimento – Municipalização das ações e participação da comunidade organizada na formulação das políticas e no controle da ação;

Direito de defesa – Garante a quem se atribua a autoria da infração penal a defesa técnica por profissional habilitado (advogado);

Mecanismo de participação – Prevê instância colegiada de participação (os Conselhos paritários Estado-Sociedade), nos níveis federal, estadual e municipal;

Vulnerabilidade sócio-econômica – Os casos de situação pessoal ou social de risco são atendidos por uma instância sócio-educacional colegiada, o Conselho Tutelar;

Infração – Os casos de infração que não impliquem grave ameaça ou violência podem ser beneficiados de remissão (perdão) sob a forma de suspensão ou exclusão do processo;

Internamento – Medida só aplicável a jovens autores de um ato infracional grave obedecidos os princípios de brevidade, excepcionalidade e de respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento;

Caráter social – A falta ou insuficiência de recursos deixa de ser motivo para a perda ou suspensão do pátrio poder, E mais: através do Conselho tutelar, só casos exclusivamente sociais;

Fiscalização do cumprimento – Prevê participação ativa da comunidade que, através de mecanismo de defesa e proteção dos interesses difusos e coletivos, pode levar as autoridades omissas ou transgressoras ao banco dos réus;

Internamento provisório – Só permite o internamento provisório em caso de crime cometido com ameaça grave ou violência à pessoa;

Política e funcionamento – O Estatuto acabou com a FUNABEM e estabeleceu uma política para todas as crianças e adolescentes.

Com base no exposto acima, podemos concluir que, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, criaram-se normas gerais de proteção à criança e ao adolescente, cuja essência se fundamenta na doutrina de proteção integral, extinguindo-se definitivamente a doutrina de situação irregular.

No tocante à política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, traça princípios e diretrizes que responsabilizam o Estado, a família e a sociedade por sua proteção e defesa.

Com o Estatuto, se institui a municipalização do atendimento aos direitos da criança e do adolescente, sendo que o município ganha força e passa a cobrar e controlar do Estado e da União ações desta natureza.

Por outro lado, para garantir o cumprimento de seus direitos, o Estatuto institui, também, novos órgãos, tais como: o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.

E mesmo cientes de que, nesses dez anos que se passaram, o Estatuto ainda não é cumprido a contento, não há como negar que sua política transcende a abordagem assistencialista, privilegiando uma conotação emancipadora, que prioriza a infância e a juventude, até a fase da maioridade.

Dessa forma, o momento em que os adolescentes autores de ato infracional atingem a maioridade passa a ser um momento crítico, de dificuldades redobradas, que pode vir a comprometer o futuro dos mesmos, devido às suas sérias implicações, como veremos em seguida.

2.2 As Implicações da Maioridade

De acordo com a literatura, a maioridade é definida como

“idade legal em que o indivíduo passa a gozar plenamente de seus direitos civis. Desenvolvimento completo de uma sociedade (Grande Enciclopédia Delta Larousse)”.

Pode-se afirmar que vivemos numa sociedade que adota o conceito de maioridade e menoridade. O primeiro caso refere-se àqueles que são considerados capazes de responder por seus atos e o segundo compreende as pessoas tidas como incapazes de conduzir-se por si mesmas, até um período determinado da vida. Em outras palavras, essas pessoas não podem ser responsabilizadas por seus atos.

Na verdade, estes termos são embasados em conceitos jurídicos, cujo objetivo é reger normas e regras no trato das relações sociais, estabelecendo a conduta das pessoas e da sociedade de maneira geral.

Cabe ainda ressaltar que existem diferentes menoridades. A respeito deste fato, Seda (1991, p. 12) descreve que

“A menoridade civil é uma convenção que surge quando a Lei estipula a idade para se ser responsável criminalmente. A maioridade trabalhista surge quando se estabelece com que idade o sujeito é maior sob o ponto de vista da lei que rege as relações entre empregado e empregador. As menoridades daí decorrentes são convenções subsidiárias da maioridade a partir das quais existem”.

Para cada tipo de maioridade inscrevem-se diferentes implicações; importa, no entanto, estudarmos a maioridade civil, pela qual os indivíduos passam a ser responsabilizados por seus atos e estão sujeitos a represálias previstas no Código Penal.

Ainda assim, sabe-se que o conceito de maioridade difere de país para país. No caso do Haiti, definiu-se a idade de 14 anos como correspondente a maioridade. No Chile e na Suécia, essa idade sobe para 21 anos. Já na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa, estabeleceu-se a idade de 18 anos, sendo que esta uniformidade decorreu, em parte, em função do Seminário Europeu das Nações Unidas sobre Bem-Estar Social (Paris, 1949). Neste seminário firmou-se que, nos países europeus (ou nos países de civilização ocidental), considera-se ideal que a idade de responsabilidade não seja inferior aos 18 anos.

Embora haja este consenso, há, por outro lado, um movimento no Brasil que defende a redução da imputabilidade para 16 e até mesmo 14 anos de idade.

A respeito deste assunto, o deputado Campos Machado lançou na Assembléia Legislativa de São Paulo um movimento que pretende arrecadar 1 milhão de assinaturas favoráveis a redução da idade penal. Posteriormente, as assinaturas serão encaminhadas à Câmara e ao Senado Federal como proposta de emenda constitucional, pressionando portanto pela alteração do dispositivo referente à mesma.

Infelizmente, algumas pessoas entendem que, ao se posicionarem em favor da redução da idade penal, estarão contribuindo diretamente para

diminuir tanto a prática de atos infracionais quanto a crescente onda de violência.

Ora, justificar o aumento da violência por meio da correlação com a idade penal, e ainda ter como parâmetro a maioria representando o prazo limite para o trato desta questão, não elucida em absoluto a problemática discursada.

Ao contrário, desvirtua o foco de atenção que deveria ser, indiscutivelmente, o porquê desta prática, e não o fato em si. É preciso, então, analisar e compreender os motivos que impulsionam o adolescente a cometer o ato infracional durante um momento da vida ou durante toda a mesma.

Assim, consideramos incoerente pensar a redução da idade penal como solução para a referida prática, pois o contexto sócio-econômico-político é fator condicionante do exercício do ato infracional, como já foi exposto anteriormente.

Cabe ressaltar que, em contra partida, há também um movimento contrário, defendendo a presente Lei em vigor. Este movimento tem se utilizado também de abaixo-assinado e vem crescendo significativamente, ganhando o apoio de vários segmentos da sociedade.

Se por um lado há pessoas que condenam a sociedade e anseiam pela redução da idade penal, há outras, também, que percebem a complexidade de fatores que justificam, de certa forma, a ação delituosa como expressão da própria sobrevivência.

Face ao tema, o artigo 228 da Constituição Federal e o artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente colocam que os menores de 18 anos são inimputáveis penalmente, e, portanto, igualmente irresponsáveis. Porém, “embora inimputáveis frente ao Direito Penal Comum, os adolescentes são imputáveis diante das normas da lei especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente” (Silva, 1989, p.67).

Segundo este mesmo autor,

“o Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentando os artigos 227 e 228 da Carta Política, ao tempo em que conferiu direitos fundamentais e sociais, criou regime jurídico em que o adolescente foi elevado à dignidade de responder pelos seus atos”.

Como vimos anteriormente, ficou estabelecido no Brasil que só a partir de 18 anos o cidadão deve ser submetido ao sistema penal-penitenciário. Mas nem por isso dos 12 aos 18 anos (incompletos) e, mediante a prática descrita como ato infracional, o adolescente deixa de ser responsabilizado por seus atos. No caso de prática delituosa, o adolescente responde através de medidas sócio-educativas, conforme prevê o Estatuto. Ou seja, é errôneo pensar que o adolescente não é responsabilizado por seus atos.

Ainda em relação à redução da idade penal e da efetividade do próprio Estatuto, o promotor Gercino Gerson Gomes Neto, coordenador do Centro das Promotorias da Infância (CPI) do Ministério Público de Santa Catarina, afirma que *“o Estatuto da Criança e do Adolescente é auto-aplicável e não necessita de complemento. Mas sim, de implantação e de implementação”* (Gomes apud Bastos, 1999).

Assim, diante da prática de ato infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, através das medidas sócio-educativas e das medidas de proteção, contempla todas as questões relacionadas ao ato infracional, desde que ambas as medidas sejam aplicadas corretamente. É preciso, no entanto, primar pelo planejamento e execução de programas de prestação e sócio-educativos, os quais possibilitam desenvolver excelentes trabalhos com crianças e adolescentes e, inclusive, com suas famílias, no sentido de resgatar referenciais e laços familiares; de orientar; de fornecer informações e outras visões de mundo; de refletir; de desenvolver a auto-estima; a noção de responsabilidade, a consciência e, sobretudo, de realizar encaminhamentos no que diz respeito à escolarização, profissionalização e trabalho. Pois à medida que o adolescente cresce e se aproxima da maioridade, crescem também as suas responsabilidades para consigo e para com a sociedade.

Podemos afirmar que a maioridade implica em definições de papel, novas atribuições, em tomada de decisão e escolhas que repercutem diretamente na vida das pessoas, modificando muitas vezes não apenas o momento presente, mas especialmente o futuro das mesmas.

É, portanto, neste momento que o adolescente se sente mais angustiado, sem saber qual caminho escolher, cheio de dúvidas e inseguranças. O futuro, que parecia distante, se mostra agora através de múltiplas possibilidades. Algumas, muito atraentes; outras, nem tanto.

Porém, em se tratando de adolescente autor de ato infracional, podemos seguramente afirmar que, com a proximidade da maioridade, as dificuldades realmente começam a surgir, devido especialmente ao estigma social e o preconceito que tendem a enfrentar. A priori, nossa sociedade não está preparada para aceitar a reinserção do adolescente autor de ato infracional junto aos espaços públicos, junto à escola e ao trabalho.

O estigma que estes sofrem dificulta enormemente o rompimento com a prática do ato infracional pois, muitas vezes, diante da tentativa de conseguir um emprego, encontram apenas subtrabalhos, em função do baixo grau de escolarização e profissionalização que possuem, dentro de um mercado altamente competitivo e escasso.

Por outro lado, muitos adolescentes em processo de desenvolvimento não adquiriram maturidade suficiente para fazer a escolha certa (ou a melhor escolha) diante de determinada situação. Sendo assim, mesmo estando o adolescente muito próximo de completar a maioridade, dificilmente se sentirá seguro em relação a seu futuro e às implicações decorrentes da maioridade.

Contudo, ao completar 18 anos de idade, os jovens perdem os direitos relativos à proteção integral estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e passam à condição de maioridade, de cidadãos de direitos e deveres expressos pela Lei. Ou seja, a partir deste momento, cessa a proteção integral dos adolescentes que, se cometerem algum ato infracional, estarão sujeitos às sanções previstas pelo Código Penal.

Enfim, é preciso que o adolescente esteja preparado para assumir e responder por seus atos; é preciso que compreenda que a maioridade implica em ser independente, em ter maturidade, e, mais do que isso, em ser responsável.

Em vista da problemática apresentada acima, percebemos a necessidade de discutir estas questões fundamentais com os adolescentes, em

especial a sua relação com a perda da proteção integral, com a maioria e com o futuro, além de questionar a opinião dos operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação às políticas públicas de atendimento ao adolescente em nosso município, focos centrais de nossa pesquisa, a qual descreveremos no seguinte capítulo.

3. O RELATO DA PESQUISA COM OS ADOLESCENTES ENCAMINHADOS AO PLIAT E COM OS OPERADORES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O último capítulo se dedicará exclusivamente à pesquisa realizada em nosso local de estágio, o PLIAT. Inicialmente, apresentaremos a articulação da pesquisa, mencionando os procedimentos metodológicos necessários para a sua concretização. *Em seguida, discursaremos sobre a pesquisa realizada com os adolescentes atendidos pelo Serviço Social da instituição e com os operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, descrevendo e interpretando suas colocações.* E, finalizando o capítulo, apresentaremos uma proposta de intervenção, como contribuição do presente estudo acadêmico.

3.1 A Articulação da Pesquisa

A pesquisa buscou **discutir as expectativas dos adolescentes atendidos pelo Serviço Social do PLIAT em relação à maioridade, correlacionando-as com as principais implicações decorrentes do término da proteção integral.**

Ainda assim, teve como intencionalidades específicas:

- Relatar as expectativas e as possíveis implicações do término da proteção integral para os adolescentes;
- Verificar o número de adolescentes que expressam preocupação com a maioridade, com o futuro e que pretendem romper com a prática do ato infracional;
- Avaliar o nível de responsabilidade dos adolescentes no que se refere à maioridade;

- Relatar as reflexões, vivências, dificuldades e ações no mundo dos adolescentes: passado, presente e futuro;
- Analisar como os profissionais que atuam junto a adolescentes autores de ato infracional (PLIAT, Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude) compreendem e avaliam as políticas públicas de atendimento ao adolescente.

Para atender à nossa proposta de estudo, optamos por realizar uma pesquisa de caráter qualitativo, visando, aprofundar ao máximo a investigação do tema, através especificamente do levantamento e da análise de dados.

E, de acordo com Minayo (1994, p. 101),

“A investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos”.

Todavia, percebendo-se a necessidade de pesquisar não apenas os adolescentes mas também os operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, utilizamos como instrumental de coleta de dados a entrevista e o questionário.

Convém salientar que optamos por utilizar a técnica da entrevista com os adolescentes em função da proximidade que a instituição proporciona entre o pesquisador e os mesmos, além da praticidade e do bom vínculo afetivo existente.

Em relação aos operadores do Estatuto, decidimos utilizar o questionário pois entendemos que, ao entregar-lhes o referido questionário, estaríamos favorecendo uma reflexão mais detalhada a respeito do tema, obtendo assim respostas mais amplas e pautadas na realidade que se apresenta.

Tanto a entrevista como o questionário se constituíram de perguntas abertas e fechadas, elaboradas de acordo com a necessidade da pesquisa.

Os dados da pesquisa foram coletados entre os meses de julho e agosto do corrente ano, sendo que identificamos os nomes de seus sujeitos apenas por suas iniciais, objetivando preservar o anonimato dos mesmos.

No que se refere à população pesquisada, utilizamos uma amostra *selecionada com base na variável idade entre 16 e 17 anos*. O objetivo foi o de privilegiar o contato com os adolescentes que estivessem próximos a completar a maioridade. Ao todo, foram selecionados 10 adolescentes com idades entre 16 e 17 anos - o que representa 10% dos encaminhamentos realizados mensalmente ao PLIAT.

Entre os operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, direcionamos nossa pesquisa aos seguintes órgãos: PLIAT, Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude.

O questionário foi entregue pessoalmente a quatro Assistentes Sociais, uma Gerente, um Promotor Público e um Juiz, sendo que apenas uma das Assistentes Sociais do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade não nos retornou o questionário, apesar das solicitações realizadas.

Necessário se faz relatar que a relevância social do Trabalho de Conclusão de Curso deve-se ao fato do mesmo nos proporcionar compreender melhor a problemática abordada anteriormente junto ao adolescente e, também, com os profissionais, possibilitando assim uma posterior intervenção, articulada com as instituições de atendimento ao adolescente existentes.

Pessoalmente, a importância atribuída ao Trabalho de Conclusão de Curso atrela-se à oportunidade de discutirmos a referida problemática na própria instituição, bem como com os adolescentes atendidos pelo Serviço Social do PLIAT e com os profissionais dos órgãos afins, além de deixarmos como contribuição uma proposta de intervenção para a instituição e para a região de Florianópolis.

Dando seqüência, passaremos a expor as questões que tematizamos com os adolescentes e profissionais, descrevendo e interpretando suas falas.

3.2 A Percepção do Adolescente Autor de Ato Infracional em Relação à Maioridade e suas Implicações

Objetivando identificar a percepção do adolescente autor de ato infracional, no que diz respeito às conseqüências da maioridade em suas vidas, procuramos refletir com os adolescentes entrevistados, como podemos conferir abaixo:

1 – Você se preocupa com a maioridade? Por quê?

M.F.G. – *“Não, não tenho motivo para me preocupar não. Não faço nada de errado”.*

A.R. – *“Não me preocupo mais porque agora eu não roubo, não mato, não estupro. Trabalho e tenho o meu dinheiro”.*

G.S.F. – *“Eu me preocupo porque com a maioridade, se a polícia pegar com baseado já era, cadeia né!”.*

A.J.N. – *“Não tenho motivo pra me preocupar”.*

M.P.S. – *“Não. Porque agora eu vou começar a trabalhar, né dona. Não vou mais roubar, não vou mais usar drogas”.*

A.A.S. – *“Sim. Justamente porque onde vai começar o meu futuro, a responsabilidade dos meus atos. Tem que ter mais juízo”.*

F.N.L. – *“Sim. Por causa com medo de ficar preso pra sempre”.*

R.J.S.S. – *“Claro, os policiais me conhecem desde pequeno. Mesmo que eu não tiver aprontando na rua, mesmo se eles quiserem, eles podem arrumar pra mim”.*

I.P.L.S. – *“Sim. Tem várias coisas, né! Tipo assim, se depois de completar 18 anos e o cara aprontar, vai direto pra cadeia”.*

R.F.C. – *“Sim. Por quê? Porque depois de 18 anos eu assumi minha vida”.*

Ao analisarmos as respostas obtidas, podemos concluir que, dentre os 10 adolescentes entrevistados, **06 adolescentes se posicionaram preocupados** com a maioria e os outros **04 afirmaram não se preocupar** com esta questão. Ou seja, a maioria compreende a maioria como uma nova fase em suas vidas e, inclusive, uma fase de mais responsabilidade, como mencionou um dos adolescentes acima.

O mesmo adolescente conseguiu fazer a correlação desta nova fase com o seu futuro e suas possíveis conseqüências legais.

Este fato vem ao encontro dos nossos questionamentos e incertezas quanto ao futuro dos adolescentes autores de ato infracional. Afinal, quais as chances que um adolescente em conflito com a lei possui, frente a sociedade, a conjuntura sócio-econômica-política atual e as exigências do mercado de trabalho? Quais as oportunidades que os mesmos terão ao longo dos anos que os separam do término da proteção integral?

Certamente, se não houver mudanças em suas práticas atuais, suas chances serão mínimas e limitadas ao contexto em que se encontram hoje, pois sabemos que a condição fundamental de vida destes jovens é a ausência da cidadania, do exercício de seus direitos de cidadãos.

Por outro lado, identificamos na fala de um dos adolescentes o uso indevido do poder, exercido pelos policiais, quando afirmou que mesmo que, não cometa qualquer ato infracional, os policiais podem acusá-lo e fazê-lo assumir a culpa.

Sua fala denuncia o não comprometimento dos policiais para com a sociedade, bem como em relação ao exercício de sua função e o dever de proteger a todos e, obviamente, o não cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda assim, um dos adolescentes revelou preocupação em função do uso de droga, mencionando que, com a maioria, tal prática é considera crime, podendo o indivíduo cumprir pena na cadeia.

Em relação aos adolescentes que se posicionaram despreocupados com a maioria, argumentaram não temer por suas conseqüências, pois não tinham motivo aparente e também por não estarem mais cometendo delitos.

2 – Você sabe que ao completar 18 anos você perde a proteção integral da lei ?

A resposta que obtivemos foi de que **todos os adolescentes têm consciência da perda da proteção integral** assim que completarem 18 anos, quando passarão a responder por seus atos por meio do Código Penal.

3 – Na sua opinião, quais são as consequências da maioridade?

M.F.G. – *“Ah, tem várias né! Não sei dizer ainda. Responsabilidade. Muda tudo”.*

A.R. – *“Ah, eu não sei senhora”.*

G.S.F. – *“Muda muita coisa a maioridade. Agora nem sei o que falar”.*

A.J.N. – *“Vai ter que responder pelos seus atos mais seriamente, né!”.*

M.P.S. – *“Não sei né!”.*

A.A.S. – *“Consequências, como assim? Ah, sei lá. Mais responsabilidade, vou ser responsável por mim mesmo, no caso. Vou ter que pagar pelos meus atos”.*

F.N.L. – *“Implica em várias coisas. Não vai mais ter mordomia de ser pego pela polícia e sair amanhã. Já vou ficar uns três anos”.*

R.J.S.S. – *“Ter mais responsabilidade”.*

I.P.L.S. – *“Tem o lado bom que serviço é bem mais fácil arrumar. Eu mesmo não vejo a hora de completar, né!”.*

R.F.C. – *“Muda bem dizer tudo, né!”.*

Conforme podemos perceber, as respostas se dividem entre **adolescentes que souberam relatar as consequências da maioridade** e os que **não souberam identificar** as implicações da mesma.

As respostas obtidas foram, em sua maioria, evasivas e com pouca argumentação, evidenciando assim a importância de orientar os adolescentes quanto aos seus direitos e deveres.

Na verdade, os adolescentes até possuem consciência de que a maioridade traz conseqüências em suas vidas, mas não souberam descrevê-las.

Mesmo assim, alguns adolescentes relacionaram a maioridade com o aumento de responsabilidades, em especial a responsabilidade civil.

Somente um dos adolescentes se colocou ansioso para completar a maioridade pois, para ele, esta representa a possibilidade de conseguir mais facilmente um emprego.

Novamente, retornamos ao nosso questionamento: será mesmo mais fácil para este adolescente conseguir um emprego ao completar 18 anos?

Sabemos que a baixa escolaridade e, portanto, a pouca qualificação para o trabalho – além da dependência química – os remete a exercerem atividades mal remuneradas, muitas vezes no mercado informal, sem carteira assinada e sem qualquer garantia trabalhista.

Neste contexto, a profissionalização dever ser vista como uma etapa de aprendizagem necessária para a formação plena do cidadão, tendo como referência o processo educativo, de qualificação profissional.

Devemos, portanto, visar a implantação de programas de trabalho educativo que possibilitem a formação técnico-profissional dos adolescentes e que os oportunize romper com a prática do ato infracional, abrangendo, por conseguinte, suas perspectivas futuras.

4 – O que você acha que vai mudar na sua vida quando completar 18 anos?

M.F.G. – *“Ah, muita coisa né! Não tem proteção da lei. Responsabilidade”.*

A.R. – *“Não sei não senhora, porque eu não roubo mais, né!”.*

G.S.F. – *“Ah, vai mudar bastante coisa, né! Começar a trabalhar, ajeitar a vida”.*

A.J.N. – *“Ah, bastante coisa, né! Ah, daí qualquer coisa que eu fizer eu vou ter que responder por eu mesmo. Não vai ter ninguém. Vou ser eu!”.*

M.P.S. – “Eu vou deixar de ser menor. Se eu cometer alguma coisa não vai ser como antes, vou ser mais espancado. Por isso mesmo eu vou parar com tudo. O que a promotora me der eu vou cumprir, né!”.

A.A.S. – “Vai mudar tudo. Eu vou olhar pra trás, ver um monte de burrada que eu já fiz e não vou fazer mais. A partir dali que vou pensar melhor, né!”.

F.N.L. – “Não sei”.

R.J.S.S. – “Aí eu vou ter que arrumar um emprego. Tô com minha namorada para fazer exame. Ela vai ver se tá grávida ou não. Se ela tiver eu já tô ferrado”.

I.P.L.S. – “Ah, bastante coisa. Tipo pra mim, quando eu fizer 18 anos eu já vou ser pai.”.

R.F.C. – “Vai mudar várias coisas, né! Muda tudo. 18 anos já vou pensar mais na vida, né!”.

Dos adolescentes entrevistados, **apenas dois não souberam mencionar** o que poderá mudar em suas vidas em função da maioridade. No entanto, todos os outros adolescentes reforçaram as afirmações anteriores de que ao completar 18 anos, surgem novas responsabilidades em relação à própria sobrevivência e independência financeira.

Da mesma forma, expressam a necessidade de se ter um emprego e de começar a trabalhar para garantir o sustento de suas companheiras e filhos.

Além disso, um dos adolescentes mencionou a importância de refletir sobre seus atos e de agir com mais coerência, em vez de agir por impulso momentâneo.

Por outro lado, os adolescentes entenderam que, a partir dos 18 anos, tornam-se responsáveis por todos os seus atos praticados e que perdem a proteção integral da lei estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Há de se ressaltar a fala de um dos adolescentes, o qual afirmou que, se cometer alguma ação delituosa na maioridade, sofrerá fortes represálias da polícia, aumentando a violência praticada por estes, incluindo o grau de espancamentos e de agressões físicas.

Através de seu relato, confirmamos nossas colocações anteriores – abordadas no primeiro capítulo deste trabalho – onde discursamos sobre as constantes agressões físicas sofridas pelos adolescentes autores de ato infracional atendidos pelo Serviço Social do PLIAT, fato que exige ações emergenciais de caráter protetivo, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

5 – Você tem intenção de parar de cometer ato infracional? Quando? Por quê?

M.F.G. – *“Sim. A partir de quando eu sair daqui. Por causa que eu não preciso”.*

A.R. – *“Sim. Já parei. Porque isso não é legal, né! Não é legal para ninguém”.*

G.S.F. – *“Sim. Só me pegaram uma vez. Essa foi a segunda. Porque isso não leva nada na vida. Só vai levar pau da polícia”.*

A.J.N. – *“Sim. Essa foi a primeira vez. Pretendo não fazer mais. Porque tá chegando a minha maioridade”.*

M.P.S. – *“Sim. Já parei. Não tô aqui por causa do roubo. Tô por causa do Mandado de Busca e Apreensão. Não leva a nada. Só leva à cadeia, à droga. Quando eu roubava era porque eu tava envolvido com droga. Só roubava pra usar droga. Por isso eu parei. Só ia pra o fim do poço!”.*

A.A.S. – *“Sim. A partir de agora. Imediatamente. Hoje eu já saio daqui e nunca mais. Por causa das conseqüências. Isso pra mim foi tudo uma humilhação. Eu nunca passei por isso. Não só pra mim como também pros meus pais”.*

F.N.L. – *“Sim. Quando eu tiver vontade. Quando eu pensar duas vezes e parar. Não sei. Acho que é algum espírito ruim. Porque isso não é futuro, eu sei disso”.*

R.J.S.S. – *“Sim. É só ter vontade né, dona. Ah, porque eu vim lá do 6º D.P. e apanhei um monte. Vou viver nesta vida aí, apanhando, apanhando. Também não sou de ferro, né dona”.*

I.P.L.S. – *“Sim. Desde já. Não tem quando. O cara tem que parar desde já. Não adianta ficar pensando muito. Se tiver que parar tem que parar e deu. Por tudo,*

né! Bastante coisa. Pra receber melhor a confiança da mãe, né! O cara fica fazendo essas coisas, nunca vai receber a confiança da mãe”.

R.F.C. – *“Sim. Já faz tempo que eu parei. Porque não leva a nada. Aí por isso que eu parei”.*

Com base nas respostas apresentadas, constatamos que os adolescentes foram unânimes em afirmar que **intencionam romper com a prática do ato infracional**, sendo que alguns adolescentes mencionaram que já haviam parado de cometer delitos e outros parariam assim que saíssem da instituição – no caso o PLIAT. Apenas um dos adolescentes disse que fazia um certo tempo que teria parado de cometer delitos, e outros dois afirmaram que no momento que tiverem vontade deixarão de agir desta forma.

Em relação aos motivos citados pelos adolescentes para se romper com a prática do ato infracional, podemos verificar que foram os mais variados: por não precisarem agir desta forma; por desaprovarem essa ação; em função da maioria; das consequências do ato; para reconquistarem a confiança da família – representada aqui pela figura da mãe – além de terem retomado a discussão da agressão física dos policiais; da preocupação com o futuro e por considerarem esta situação uma humilhação para os próprios e suas famílias.

6 – Você se preocupa com o futuro?

M.F.G. – *“Sim. Porque o futuro... meus irmãos... Apesar de eu não ter filho ainda, eu me preocupo com o futuro”.*

A.R. – *“Mais ou menos. Eu moro com a minha mãe, trabalho”.*

G.S.F. – *“Sim. Tem que se preocupar. Ficar só roubando nenhuma guria vai querer o cara. Fumar maconha também. Eu fumo de vez em quando, tô parando”.*

A.J.N. – *“Sim. Se eu não me preocupar com o futuro aí tá louco. Eu vou me preocupar com o que?”.*

M.P.S. – *“Sim. Sem futuro a gente não é ninguém. Como a gente vai viver sem futuro? Só daí cadeia mesmo”.*

A.A.S. – “*Sim. Principalmente porque eu quero ter uma família como todo mundo. Eu gostaria de desde já programar o meu futuro*”.

F.N.L. – “*Sim. Por causa que se ficar aí nessa vida, por causa de um celular, de uma coisa assim, eu vou ficar preso*”.

R.J.S.S. – “*Sim. Por quê eu me preocupo? Porque quando fizer 18 anos vou ter que arrumar um serviço para botar as coisas dentro de casa. Vou ter minha mulher...*”.

I.P.L.S. – “*Sim. Bastante né! No futuro eu sou pai. tenho que estar trabalhando, sustentar o meu filho*”.

R.F.C. – “*Sim. Porque roubando não é vida*”.

Em todas as respostas, verificamos ser bastante significativa a **preocupação dos adolescentes em relação ao futuro**, com exceção de um dos adolescentes, o qual mencionou não se preocupar muito, por estar residindo com sua mãe e estar trabalhando. Ou seja, não possui gastos com moradia no momento.

Ainda assim, podemos observar que os adolescentes relacionaram o futuro com a idéia de família, de filhos e de obrigações familiares, o que nos faz pensar que todos os adolescentes gostariam de construir uma família, bem como gostariam de conseguir um trabalho para que pudessem sustentá-las decentemente, sem ter que recorrer a práticas ilegais.

No entanto, de maneira geral, a realidade destes adolescentes se configura na ausência de seus direitos e, especialmente, na ausência de políticas sociais públicas, agravando, por conseqüência, o quadro de exclusão social e de pobreza em que se encontram.

Portanto, é necessário compreender que a prática do ato infracional reflete a ordem sócio-econômica-política vigente no nosso país, cujo regime econômico intenciona a acumulação de riquezas, dentro dos moldes capitalistas.

Entendemos, portanto, que este contexto favorece a existência do trabalho infanto-juvenil, do evadido da escola, do abandonado, do usuário de

drogas, do morador de rua e, obviamente, daqueles que cometem atos infracionais.

7 – O que você pretende fazer quando completar 18 anos?

M.F.G. – *“Ir embora daqui. Daí eu vendo a casa da minha avó”.*

A.R. – *“Trabalhar né! Trabalhar pra ganhar meu dinheiro e ter minhas coisas”.*

G.S.F. – *“Pretendo fazer mais uma casa, tenho uma já. Começar trabalhar e fazer uma vida nova, né!”.*

A.J.N. – *“Pretendo terminar meus estudos. Não sei. Trabalhar. Não sei. Ver o que vou fazer”.*

M.P.S. – *“Trabalhar, estudar e me juntar com minha guria. Já parei com tudo”.*

A.A.S. – *“Pretendo estar trabalhando, terminar meus estudos e seguir carreira. Vou tentar a carreira no futebol. Tenho talento e joguei fora. Mas vou voltar, se Deus quiser vou conseguir”.*

F.N.L. – *“Trabalhar, sustentar a família. Vou voltar a estudar ainda de menor”.*

R.J.S.S. – *“O que eu pretendo fazer? Trabalhar, estudar”.*

I.P.L.S. – *“Trabalhar. Sem serviço a gente não é nada”.*

R.F.C. – *“Trabalhar e estudar”.*

Indiscutivelmente, as categorias **trabalho** e **estudo** estiveram presentes nas colocações dos adolescentes entrevistados. Do mesmo modo, associaram a necessidade de retornarem aos estudos para conseguirem um emprego. E assim podemos dizer que compreenderam a inter-relação existente entre ambos.

Estudos têm-nos demonstrado que, no mínimo, a experiência de ruptura com a escola é extremamente relevante no sentido de marcar o início de uma trajetória de ato infracional, além de dificultar enormemente a inserção do adolescente no mercado de trabalho.

Nesse momento, cabe mencionarmos a responsabilidade dos pais em fazer cumprir o direito que seus filhos têm de estudar e de ter um futuro digno e promissor, sendo que, tanto a Constituição Federal como o próprio Estatuto da

Criança e do Adolescente garantem o direito à escola a todas as crianças e adolescentes.

8 – O que você está fazendo hoje para mudar de vida?

M.F.G. – *“Pra mudar a minha vida? Trabalho com um rapaz de pintura. Só isso daí mesmo”.*

A.R. – *“Tô parado porque eu levei esse acidente e não posso trabalhar. Parei das drogas. Era viciado no crack, maconha, tudo. Às vezes eu uso um baseado quando vou sair”.*

G.S.F. – *“Agora eu tô começando a trabalhar de servente. Tô comprando uns negócios para dentro de casa!”.*

A.J.N. – *“Hoje nada. Tô aqui trancado. Acho que não tô fazendo nada”.*

M.P.S. – *“Tô me esforçando para não cair mais nesse vício. Vieram me oferecer maconha, crack e eu neguei. Quando o cara tá parado vem um monte oferecer e quando tá no vício tem que pagar”.*

A.A.S. – *“No momento estou só programando. Dei uma parada, mas estou correndo atrás do serviço. Estou procurando um serviço para me manter e continuar meus estudos e até mesmo o futebol”.*

F.N.L. – *“É difícil responder. Bem dizer não tô fazendo nada”.*

R.J.S.S. – *“Ah, tô lá na Ponte do Imaruí na casa do meu pai. Lá tem videogame e não vou mais para o Monte Cristo”.*

I.P.L.S. – *“Pensando principalmente na minha mãe, em primeiro lugar, e no meu filho e na minha mulher. Acho que se eu pensar neles, minha vida vai mudar”.*

R.F.C. – *“Eu só cuido de casa e à noite vou pro estacionamento. Eu cuido de carro na Continental”.*

Diante das respostas obtidas, podemos afirmar que os adolescentes enfrentam dois grandes problemas no que diz respeito à construção de um projeto de vida de ruptura com a prática do ato infracional, que são: **a falta de qualificação profissional e a dependência química.**

Os planos futuros dos adolescentes demonstram o trabalho como a forma escolhida para adquirirem dinheiro para o seu sustento e o de sua família. Entretanto, estes só conseguem encontrar subempregos, como no caso do adolescente que trabalha de auxiliar de pintor, do que trabalha como servente e, em pior situação, o adolescente que guardacarros na Beiramar.

Entendemos que todos os adolescentes se encontram em situação de risco pessoal e social e que, embora não pareça, anseiam por mudanças em suas vidas.

Se, por um lado, alguns relatam não estarem fazendo nada para mudar de vida, outros se posicionaram preocupados em resistir ao uso de drogas e em se afastar de locais propícios ao uso da mesma.

O que se percebe, na verdade, é que há a necessidade de se fornecer informações e outras visões de mundo que os auxilie na elaboração de um projeto de vida, valorizando sua capacidade de transformação e aumentando sua auto-estima.

Finalizada a apresentação e interpretação da pesquisa realizada com os adolescentes, no item seguinte enfocaremos a análise da pesquisa destinada aos profissionais.

3.3 A Compreensão e Avaliação dos Operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente em Relação às Políticas Públicas de Atendimento ao Adolescente

Neste item, apresentaremos, na íntegra, o questionário realizado com os profissionais pesquisados, interpretando suas respostas, como segue abaixo.

1 – Na sua opinião, os programas de atendimento ao adolescente existentes desenvolvem trabalhos com adolescentes na faixa etária de 16 a 18 anos de idade, no que se refere às questões relacionadas à maioridade, tais como: a perda da proteção integral e suas implicações, capacitação para o mercado de trabalho etc.?

Gerente do PLIAT

E.O.R.S. – “O que tenho constatado é a preocupação de alguns adolescentes que ao atingirem a maioridade, não têm perspectivas de emprego pois não estão capacitados para isso, justamente pela carência de programas de atendimento”.

Assistente Social do PLIAT

K.R.M. – “O que se constata é que os poucos programas existentes abrangem uma faixa etária que vai até os 14 anos. Destes, a grande maioria é realizado por entidades não governamentais conveniadas com a prefeitura municipal. Ainda neste eixo, a maior parte tem proposta assistencialista, visando a ocupação da criança e do adolescente no período em que não está na escola, sem proposta educacional que viabilize o desenvolvimento da cidadania. Na faixa etária de 16 a 18 anos de idade, são quase inexistentes os programas de atendimento. Os que estão funcionando trabalham somente com o caráter de profissionalização e com exigência de escolarização. Acredito que nestes programas não é trabalhada a perda da proteção integral e percebo também que os adolescentes que praticam algum tipo de ato infracional dificilmente conseguem colocação nestes programas. Penso que isto ocorre devido à falta de escolarização de muitos e à baixa auto-estima que é condição da grande maioria. Os programas, na verdade, não preparam para o ser cidadão, que tem direito a ter um nome, ter escolha e ser tratado com respeito. Os programas somente preparam para o trabalho de maneira a profissionalizar e são oferecidos como um favor que se dá ao adolescente. É comum ouvir a

argumentação de técnicos da área colocando que se conseguiu uma vaga, mas o adolescente não quer nada com nada. A conotação é de benefício concedido e não de direito garantido”.

Assistentes Sociais do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade

A.G.P. – “Com relação a esta questão não posso responder, pois não tenho conhecimento a fundo das questões abordadas por outras instituições”.

M.V. – “Acredito que todas as instituições, apesar de suas limitações, desenvolvem atividades e abordam nos mais diversos setores técnicos os itens citados nesta questão”.

Promotor do Ministério Público

C.S.G.J. – “Não há a meu sentir preocupação relevante com a questão referente à perda da proteção integral e suas implicações. Quanto à capacitação para o mercado de trabalho, não existe programa com tal finalidade”.

Juiz da Infância e Juventude

R.O.L.F. – “Não. Pelo observado são tratadas somente as questões emergenciais, ou seja, as necessidades do momento”.

De acordo com a grande maioria dos entrevistados, não há, nos programas de atendimento ao adolescente, atividades desenvolvidas no sentido de orientá-los em relação à perda da proteção integral e suas implicações. Esta preocupação, segundo mencionou a gerente do PLIAT, tem partido dos próprios adolescentes.

Reforçando a colocação acima, o Juiz da Infância e Juventude afirmou que, nos programas existentes, busca-se tratar somente as questões emergenciais, as necessidades do momento apresentadas pelos adolescentes.

Tanto a gerente do PLIAT como a Assistente Social desta mesma instituição, denunciaram a carência de programas de atendimento aos adolescentes compreendendo a faixa etária de 16 a 18 anos, sendo que esta última, mencionou a dificuldade de inserir o adolescente autor de ato infracional nestes programas. Para ela, a falta de escolarização de muitos e a baixa auto-estima propiciam a exclusão dos mesmos nos referidos programas.

Apenas um dos profissionais – a Assistente Social do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, M.V. – afirmou que, embora haja limitações nas instituições de atendimento ao adolescente, todas elas desenvolvem atividades relacionadas à perda da proteção integral e suas limitações, além da questão da capacitação para o mercado do trabalho.

Esta colocação nos faz refletir sobre a real efetividade dos trabalhos desenvolvidos nestas instituições, considerando que temos percebido um aumento expressivo de adolescentes despreocupados com a maioridade, com o mercado de trabalho e, especialmente, com o futuro. Será mesmo que as instituições trabalham estas questões com os adolescentes? Ou na verdade se propõem a intervir unicamente nas situações emergenciais como afirmou o Juiz da Infância e Juventude?

Contudo, a Assistente Social A.G.P., do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, nos relatou que não poderia responder a questão acima, justamente por não conhecer a fundo o trabalho desenvolvido nas instituições de atendimento ao adolescente existentes, evidenciando desta forma a falta de articulação e de troca de experiência entre as instituições – questões estas abordadas na seguinte pergunta.

2 – Existe articulação entre as instituições de atendimento ao adolescente, no sentido de trocar experiências e unir forças, além de promover um processo educativo, de formação contínua, bem como de

crescimento pessoal e profissional, de melhoria das condições de vida e do exercício da cidadania?

Gerente do PLIAT

E.O.R.S. – *“Embora cada instituição atenda em muitos casos os mesmos adolescentes, não há uma articulação entre as mesmas, cada uma faz o seu trabalho”.*

Assistente Social do PLIAT

K.R.M. – *“As instituições e programas existentes em Florianópolis na área da Criança e do Adolescente têm objetivos definidos, seguindo os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente; dentro desta linha de raciocínio, todas tem diretrizes em comum. Contudo, não existe articulação entre as mesmas. Uma instituição desconhece o trabalho da outra. As críticas são constantes. Não existe momento de reuniões, debates, troca de experiências, e quando muito, se encontram em seminários”.*

Assistentes Sociais do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade

A.G.P. – *“Não, o que na verdade é uma pena. Pois se houvesse esse tipo de articulação, com certeza teríamos condições de fazer melhores encaminhamentos”.*

M.V. – *“De acordo com a minha experiência, infelizmente não há articulação entre as instituições de atendimento ao adolescente. É necessário o empenho dos técnicos nesta questão”.*

Promotor do Ministério Público

C.S.G.J. – *“A articulação existente limita-se unicamente aos diversos encaminhamentos dados na conformidade do ato infracional praticado e da necessidade verificada em cada caso”.*

Juiz da Infância e Juventude

R.O.L.F. – *“Existe, mas muito tênue”.*

As respostas obtidas praticamente comprovam a inexistência de uma articulação efetiva entre as instituições de atendimento ao adolescente, ainda que ocorra, em muitos casos, o atendimento do mesmo adolescente em mais de uma instituição afim.

Os operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente entendem este fato como uma falha grave e acreditam que se, houvesse essa articulação, teriam melhores condições de realizar os encaminhamentos, resultando, por consequência, em ações comprometidas com o futuro dos adolescentes.

Segundo o Promotor do Ministério Público e o Juiz da Infância e Juventude, a articulação existente limita-se ao processo de encaminhamento do adolescente, diante do cometimento de seu ato infracional. Ou seja, neste caso, embora quase inexistente, a articulação procede apenas em função do ato infracional praticado. Não visa, portanto, o seu rompimento com a citada prática, na perspectiva de efetivação de seus direitos de cidadão.

De maneira geral, podemos afirmar que as ações são fragmentadas, embora as instituições e programas existentes em Florianópolis destinados à criança e ao adolescente, sigam as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme mencionou a Assistente Social do PLIAT.

Esta profissional chamou a atenção, ainda, para a falta de reuniões entre as instituições, visando a troca de experiências e a discussão de questões pertinentes ao adolescente.

Cabe aqui ressaltar que há, entre os técnicos da área, um comprometimento diferenciado em relação ao adolescente autor de ato infracional, e que por isso, diferentes profissionais assumem posturas e atitudes diversas.

É preciso, pois, que nos perguntemos se, apesar de todas as dificuldades estruturais e conjunturais que as instituições enfrentam, uma mudança nas ações dos operadores não poderia trazer melhores e até surpreendentes resultados.

Entendemos, sobretudo, que as ações devem ser pautadas no trabalho multidisciplinar, e que há a necessidade de maximizar os recursos da rede de serviço existente e incentivar a participação da sociedade civil e, em especial, dos profissionais de Serviço Social.

3 – Você acha que há nestas instituições a preocupação e/ou trabalhos voltados ao futuro do adolescente?

Gerente do PLIAT

E.O.R.S. – *“Se essa preocupação existisse não veríamos tantos adolescentes atingindo a maioridade sem perspectivas”.*

Assistente Social do PLIAT

K.R.M. – *“Acredito que tenha a preocupação, e que ela seja uma constante na dia-a-dia das instituições. Contudo, o que realmente falta para as instituições e programas é a efetivação desta preocupação. Ou seja, articular com outros e debater, aprofundar as questões voltadas para a área da Criança e do Adolescente, com o objetivo de propor ações que possam dar conta deste universo”.*

Assistentes Sociais do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade

A.G.P. – *“Acredito que até haja uma dada preocupação com o futuro do adolescente como nosso programa tem, mas com relação a trabalhos, não posso dar esta informação”.*

M.V. – *“Não posso responder por outras instituições, mas o Programa Liberdade Assistida tem por objetivo maior a transformação da realidade vivenciada e, principalmente, o auxílio com relação à construção de um novo projeto de vida, ou seja, a meta final é a possibilidade de futuro mais digno ao adolescente”.*

Promotor do Ministério Público

C.S.G.J. – *“Acho que a preocupação é de resolver as situações que surgem, sem que, contudo, se tenha por meta estabelecer programas a médio ou longo prazo”.*

Juiz da Infância e Juventude

R.O.L.F. – *“Sim, mas os meios disponíveis são insuficientes e a própria sociedade deveria estar mais envolvida”.*

Com base na transcrição das respostas, constatamos a preocupação das instituições de atendimento ao adolescente, no que se refere ao futuro dos mesmos.

No entanto, a gerente do PLIAT se posicionou contrária a esta afirmação, argumentando que, se realmente essa preocupação existisse, não veríamos tantos adolescentes atingindo a maioridade sem perspectivas, o que não deixa de ser uma grande verdade.

Ainda assim, o Promotor do Ministério Público afirmou que a atual preocupação é no sentido de resolver as situações que surgem. Ou seja, há novamente, a presença de ações de caráter emergencial.

Como solução para esta problemática, a Assistente Social do PLIAT apontou a necessidade das instituições e dos programas estarem se articulando, debatendo e aprofundando questões voltadas à área da Criança e do Adolescente, intencionando assim propor ações concretas que possibilitem legitimar essa preocupação.

Todavia, o Juiz da Infância da Infância e Juventude chamou a atenção para a insuficiência dos meios disponíveis nas instituições e afirmou que a própria sociedade deveria se mostrar mais envolvida e atuante nesta questão.

Por outro lado, as profissionais do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade colocaram que, em particular, o Programa de Liberdade Assistida tem por objetivo maior a transformação da realidade vivenciada do adolescente e a construção de um novo projeto de vida.

Nesta perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que sua execução tenha caráter educativo, concebendo o atendimento ao adolescente como prioridade.

4 – Você considera o número de instituições existentes suficientes para atender a demanda do município?

Gerente do PLIAT

E.O.R.S. – *“A impressão que temos é que não são suficientes, mas basta cada uma cumprir o seu papel, que com certeza dará para atender a demanda”.*

Assistente Social do PLIAT

K.R.M. – *“Penso que o que falta não são instituições e sim programas e projetos que possam dar suporte para as instituições. Faltam programas de*

prevenção e atendimento à população na faixa etária de 16 a 18 anos, programas que atendam a família e um trabalho mais organizado em rede de atendimento, pois sabemos que todas as instituições recebem o mesmo usuário. Na última conferência municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi colocado, como dado de análise, que Florianópolis tinha em média de cem mil adolescentes/criança, sendo que os programas do município não atingem 1% desta demanda”.

Assistentes Sociais do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade

A.G.P. – “Não, deveriam haver programas de apoio que pudessem dar suporte aos programas que atendem principalmente adolescentes carentes. Com isso, teríamos um trabalho mais completo que atendesse a todos os campos de atividade humana, inclusive com mais locais para abrigar adolescentes em situação de risco”.

M.V. – “Não”.

Promotor do Ministério Público

C.S.G.J. – “Considero suficientes as instituições existentes, porém reconheço que para algumas delas a estrutura de funcionamento não é suficiente para que se chegue com a máxima eficiência ao objetivo proposto”.

Juiz da Infância e Juventude

R.O.L.F. – “Não. Porque necessitava ser mais segmentada”.

Embora as opiniões se dividam, os operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente consideram insuficientes o número de programas e projetos que possam dar suporte às instituições já existentes.

No caso dos profissionais que acreditam ser insuficiente o número de instituições para se atender a demanda do município, um dos argumentos defensores desta idéia deve-se à necessidade das mesmas serem mais segmentadas, conforme afirmou o Juiz da Infância e Juventude.

Entretanto, o Promotor do Ministério Público reconheceu como complicador a má estrutura de funcionamento presente em algumas delas, impossibilitando, por consequência, a obtenção dos resultados que se propõem.

Outro fator de extrema importância abordado pela Assistente Social do PLIAT, refere-se à falta de programas de prevenção e atendimento à população na faixa etária de 16 a 18 anos, bem como programas que atendam as famílias destes usuários, além de um trabalho organizado em rede de atendimento, retomando mais uma vez a questão da articulação entre as instituições.

5 – Sabemos que muitos adolescentes que se encontram próximos da maioridade já vivenciaram, ao longo dos anos, inúmeras passagens por diferentes instituições de atendimento, mas que, no entanto, continuam retornando às mesmas. O que é preciso fazer para se reverter este quadro?

Gerente do PLIAT

E.O.R.S. – *“Profissionais mais competentes com seu trabalho. Capacitação contínua das pessoas que atuam diretamente com o adolescente, eliminando posturas autoritárias e punitivas. Supervisão, para pensar juntos em como poderíamos estar agindo para reverter esse quadro”.*

Assistente Social do PLIAT

K.R.M. – *“Acredito que uma das alternativas no sentido macro social é o atendimento em rede, as instituições e programas com cadastro único, sendo*

alimentado constantemente, interagindo umas com as outras. Ou seja, trabalhar em conjunto. É importante também que os profissionais participem dos Conselhos de Direito, que são formuladores de políticas públicas, pois somente através deste espaço é que poderemos mapear e apontar a necessidade do município. O quadro social hoje se mostra caótico. É necessária a participação política dos profissionais envolvidos na área, a fim de tentar minimizar esta situação ou até mesmo revertê-la”.

Assistentes Sociais do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade

A.G.P. – “A união de diversas entidades dispostas a dar uma perspectiva nova aos usuários, acabando assim com esse ciclo de atendimento em que um adolescente passa de uma instituição para outra e na prática não é feito nada de definitivo para reverter este quadro”.

M.V. – “Mais investimentos nas políticas pública e maior articulação entre as instituições que atendem adolescentes”.

Promotor do Ministério Público

C.S.G.J. – “Acredito que o uso de substâncias entorpecentes, aliado à desestrutura familiar, impossibilita que se tenha pleno sucesso e, conseqüentemente, se reverta o quadro”.

Juiz da Infância e Juventude

R.O.L.F. – “A falta de expectativas é o grande problema. Estamos trabalhando com os resultados e esquecendo das causas. Solução: educação e a própria família”.

Ao analisarmos as respostas obtidas, podemos verificar que os profissionais pesquisados apontaram diferentes alternativas viáveis, que permitiriam reverter o ciclo de passagens dos adolescentes de instituição para instituição.

Dentre elas, entenderam como prioridade o atendimento em rede, com instituições articuladas em benefício do próprio adolescente, desenvolvendo parcerias no trabalho em conjunto.

Na verdade, conforme relatou o Juiz da Infância e Juventude, estamos trabalhando a partir dos resultados e não estamos atuando nas causas dos problemas que se apresentam. *É preciso, pois, investir nas políticas públicas, em especial na educação e na família destes adolescentes, cuja condição de carência se revela em nossa sociedade capitalista e preconceituosa.*

Além disso, é preciso também fomentar a existência de serviços e programas que objetivem suprir as necessidades dos adolescentes atendidos, visando o atendimento adequado aos mesmos, através de ações comprometidas com a prática e com a ética profissional.

Do mesmo modo, a gerente do PLIAT mencionou a necessidade de *estar capacitando continuamente as pessoas que atuam diretamente com os adolescentes, dentro das diretrizes do Estatuto, evitando assim posturas autoritárias e punitivas.*

No âmbito macro social, a Assistente Social do PLIAT manifestou a importância da atuação dos profissionais nos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, intervindo diretamente na questão retratada e formulando políticas públicas que minimizem, e até mesmo revertam o quadro exposto.

Em suma, cabe aos técnicos de cada instituição a criação de espaços de discussão de seus problemas, falhas e dificuldades, para que todos possam exercer suas funções.

6 – Como você avalia o trabalho desenvolvido nas instituições de atendimento ao adolescente em situação de risco pessoal e social na Grande Florianópolis?

Gerente do PLIAT

E.O.R.S. – *“Na minha avaliação deveria haver articulação entre as instituições que prestam esse tipo de atendimento, pois essa troca de experiência, só traria benefícios para o adolescente”.*

Assistente Social do PLIAT

K.R.M. – *“Atualmente é muito difícil fazer uma avaliação dos trabalhos realizados nas diferentes instituições, até por não conhecer profundamente a dinâmica interna das mesmas. Contudo, posso colocar sobre a instituição da qual atuo como profissional. O que constato é que o trabalho é desenvolvido de forma diferenciada conforme o setor. A monitoria vê o trabalho com o adolescente autor de ato infracional de duas formas: primeiro o adolescente é visto como bandido e é analisado somente o ato infracional e, em outros momentos, e dependendo do adolescente, é visto com pena e culpam a família pela situação do adolescente. O setor de Serviço Social tem uma visão contrária da monitoria e de outros setores de trabalho como: cozinha, vigias, motorista e serviços gerais. O único setor que tem uma visão próxima do Serviço Social é a gerência. Desta forma, é muito difícil atuar de forma clara e transparente. Ao adolescente não é oferecido o acolhimento necessário para que possa refletir sobre a realidade social em que está inserido. Tem a tendência a pensar e agir do mesmo modo que policiais e alguns funcionários da casa. Se acham “vagabundos”, culpam a família, os amigos, não conseguindo avaliar no plano social mais amplo a realidade cotidiana”.*

Assistentes Sociais do Programa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade

A.G.P. – *“Não é possível avaliar esta questão, pois não há uma efetiva articulação entre as instituições”.*

M.V. – *“É impossível responder tal questão, justamente pela falta de articulação entre as instituições”.*

Promotor do Ministério Público

C.S.G.J. – *“Vejo que as entidades de atendimento com as quais mantenho contato, e que se restringem ao município de Florianópolis, desenvolvem a contento o seu mister; entretanto, como dito anteriormente, a estrutura de algumas delas é insuficiente em face da crescente demanda”.*

Juiz da Infância e Juventude

R.O.L.F. – *“Dentro das condições disponíveis bom, já que o material humano é preparado e dedicado. Insisto na falta de uma política mais agressiva”.*

Em relação à questão da avaliação do trabalho desenvolvido nas instituições de atendimento ao adolescente em situação de risco pessoal e social na Grande Florianópolis, constatamos, a partir das respostas dos profissionais, que muitos não souberam avaliar com profundidade o trabalho realizado pelas mesmas.

Essa atitude procede, pois, são poucos os profissionais que conhecem mais detalhadamente a dinâmica interna das instituições de atendimento ao adolescente no município.

Apesar disso, o Promotor do Ministério Público e o Juiz da Infância e Juventude acreditam que estas instituições se empenham diante de suas atividades profissionais, considerando especialmente as dificuldades que enfrentam diariamente, principalmente ao que diz respeito à estrutura de funcionamento das mesmas.

Porém, comprovamos mais uma vez a necessidade de manter as instituições articuladas, com a permanente supervisão e avaliação dos projetos e programas executados, em benefício não apenas do adolescente, mas

também da própria sociedade, que hoje se sente ameaçada por todos que se encontram em situação de risco pessoal e social.

Assim, considerando a reflexão acima de extrema importância, entendemos indispensável propor diferentes ações profissionais, que visem, sobretudo, a transformação da realidade vivenciada pelo adolescente e o comprometimento com seu futuro.

3.4 Uma Proposta de Intervenção do Serviço Social do PLIAT

Ao longo do presente Trabalho de Conclusão de Curso, evidenciamos várias ações profissionais contrárias à doutrina de proteção integral ao adolescente, estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente. Do mesmo modo, por meio da pesquisa realizada, constatamos a necessidade de intervir nestas questões, buscando superar tais práticas e, se possível, rever a política de atendimento aos usuários das instituições afins existentes.

Portanto, neste momento, intencionamos propor ações profissionais que contribuam efetivamente na melhoria do atendimento de adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Para tanto, nossa proposta de intervenção se divide em três linhas de ação: o PLIAT, os órgãos afins (6º D.P. e outras delegacias, Programas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude) e a apresentação de um projeto envolvendo a construção de um Centro de Apoio e Orientação ao Adolescente.

Em relação ao PLIAT, nossa proposta vai ao encontro da realização de Grupos de Orientação com os adolescentes que se encontrem na instituição diariamente, podendo estes grupos abordar os mais variados temas relacionados às vivências, dificuldades atuais e perspectivas futuras. Levando em consideração o usuário desta instituição, ou seja, o adolescente autor de ato infracional, os grupos deverão abordar, necessariamente, questões relativas à perda da proteção integral, à maioridade, ao mercado de trabalho, além das drogas entre outros.

Cabe aqui relatar que, como estagiária do PLIAT, já realizamos esta experiência em conjunto com a Assistente Social da instituição e obtivemos resultados surpreendentes, pois os adolescentes se mostraram extremamente receptivos e participantes, expondo com muita facilidade suas opiniões, desejos e anseios.

Acreditamos que as atividades de grupo devam continuar, principalmente diante da contratação de uma psicóloga e uma pedagoga para a instituição, o que torna possível efetivar a prática multidisciplinar de atendimento.

No que diz respeito aos órgãos afins, insistimos na necessidade da articulação e do trabalho conjunto, de rede, conforme os próprios profissionais mencionaram na pesquisa realizada.

As ações desenvolvidas por estes órgãos devem se pautar no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, privilegiando espaços de discussão de encaminhamentos e de troca de informações e experiências, no trabalho em parceria dos profissionais comprometidos com o adolescente, com a própria sociedade e com a função que exercem.

Por fim, temos como proposta de intervenção em nível macro social, a construção de um Centro de Apoio e Orientação para todos os adolescentes da Grande Florianópolis, em função de seus municípios formadores apresentarem uma grande demanda de adolescentes em situação de risco.

Na verdade, o Centro de Apoio e Orientação funcionaria como referência no Estado de Santa Catarina, tendo como sede a cidade de Florianópolis. Mas seu atendimento não se limitaria a este único município.

Da mesma forma, os atendimentos não deveriam se restringir a adolescentes autores de ato infracional ou em situação de risco. Ao contrário, nossa intenção com a construção deste Centro é de quebrar qualquer barreira existente entre os mesmos e, portanto, procurar atender a todos que de seus serviços necessitarem, na perspectiva de aproximação e de tratamento igualitário.

O quadro funcional do Centro deveria dispor de uma gama ampla de profissionais: Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Terapeutas,

Médicos (Ginecologistas, Sexólogos entre outros), sendo que a contratação destes profissionais implicaria na avaliação da atuação e do perfil dos mesmos. Estes, em contrapartida, receberiam capacitação contínua.

Seus profissionais desenvolveriam atividades grupais e individuais, atendendo não apenas o adolescente, mas também a família do mesmo, realizando inclusive visitas domiciliares. Além disso, os profissionais deveriam utilizar dinâmicas de grupo diversas, estimulando o adolescente e seus familiares a interagir e expor seus problemas.

Ainda assim, o Centro de Apoio e Orientação teria como grande objetivo refletir com o adolescente sobre seus direitos e deveres de cidadão, sobre a importância de estar investindo na formação intelectual e na qualificação profissional, buscando a transformação de suas ações e a concretização de seus projetos de vida.

Imprescindível se faz relatar que este Projeto necessitaria estar articulado com as diversas esferas de atendimento ao adolescente existente e, inclusive com entidades não-governamentais, postos de saúde etc.

Por fim, o seu financiamento e manutenção seria de responsabilidade do Estado, em parceria com as Prefeituras Municipais, sendo que não haveria critérios de seleção para o encaminhamento de seus usuários.

Acreditamos que, tornando possíveis estas três linhas de ação apresentadas acima, estaremos forçando a prática do Estatuto da Criança e do Adolescente e contribuindo para a melhoria das condições de vida dos adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos o presente trabalho, e mais particularmente após realizarmos as devidas análises e interpretações dos dados coletados com base nas pesquisas apresentadas anteriormente, pretendemos tecer algumas considerações gerais que se fazem necessárias neste momento.

Primeiramente, gostaríamos de salientar que o Trabalho de Conclusão de Curso que aqui se finda, intencionou discutir com os adolescentes atendidos pelo Serviço Social do PLIAT a questão da maioridade e suas implicações, haja visto a dificuldade destes em romper com a prática do ato infracional, em função da própria situação sócio-econômica em que se encontram, além do baixo grau de escolarização e profissionalização dos mesmos.

Do ponto de vista teórico, apresentamos inicialmente o conceito de adolescência, caracterizando-a como uma fase de transição, de mudanças e de conflitos internos, na busca da formação da identidade.

Verificamos que é nesta fase que o adolescente se torna mais vulnerável às influências positivas e negativas, e que sente necessidade de pertencer a um grupo que tenha identidade própria.

Da mesma forma, constatamos que os adolescentes constituem uma população de risco em relação ao uso de drogas e à prática do ato infracional, por vivenciarem inúmeras transformações e, especialmente, em decorrência de suas necessidades materiais.

Na verdade, a conjuntura e estrutura brasileira, caracterizadas pelo sistema capitalista vigente no país, e a ausência de ações de políticas públicas, propiciam a prática de delitos.

Ainda assim, ao longo do trabalho, constatamos que por muitos anos foram negados direitos à criança e ao adolescente, considerando que as primeiras leis criadas em nosso país para este segmento da população, não lhes concedia direito à proteção integral, como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, embora o Código de Menores de 1927 e o de 1979 possam ser considerados um marco no atendimento à criança e ao adolescente, somente com a promulgação do Estatuto – Lei 8.069/90 – efetivou-se uma proposta sócio-pedagógica, substituindo o enfoque correccional-repressivo por um enfoque emancipador, baseado nos direitos do cidadão.

Vimos que o Estatuto, ao mesmo tempo que confere ao adolescente a condição de sujeito de direito e de prioridade absoluta – responsabilizando por sua proteção a família, a sociedade e o Estado – atribui deveres ao mesmo, ao estabelecer as medidas sócio-educativas (Artigo 112 do ECA).

No entanto, após dez anos de sua criação, verificamos que ainda há muito o que se fazer para melhorar o atendimento prestado aos adolescentes autores de ato infracional – a começar pelo cumprimento do Estatuto.

Nossa prática enquanto estagiária revelou, em especial, a ausência de articulação dos profissionais que desenvolvem trabalhos com os adolescentes nas instituições de atendimento existentes.

Cabe aqui salientar que esta constatação também se fez presente na fala dos profissionais pesquisados, merecendo portanto especial atenção de todos.

Precisamos entender que, se realmente quisermos fazer “diferença” na vida dos adolescentes que cometem delitos, teremos que rever nossas posturas profissionais e desenvolver ações que visem orientar e auxiliar o *adolescente na construção de um projeto de vida de rompimento com a prática do ato infracional*.

Igualmente, entendemos que o manifesto favorável à redução da idade penal compromete a *doutrina de proteção integral ao adolescente*, por desconsiderar especialmente a sua condição de pessoa em desenvolvimento e a problemática existente em torno do sistema carcerário no Brasil, além de não agir na *causa do problema*, mas sim *camuflar as verdadeiras intenções governamentais*.

Na verdade, precisamos exigir dos governantes políticas públicas direcionadas aos adolescentes e suas famílias, na perspectiva de um conjunto de serviços, pois não podemos aceitar que os direitos dos adolescentes

autores de ato infracional sejam violados e que autoridades policiais usem de seu "poder" contra os mesmos.

Sendo assim, esperamos, que nosso trabalho possa contribuir neste sentido, e que as propostas apresentadas se concretizem.

BIBLIOGRAFIAS

ADOLESCENTE, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Florianópolis, 1995.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos numa sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores**. Rio de Janeiro, 1999.

BASTOS, Ângela. **Abaixo-assinado para mudar idade criminal**. Diário Catarinense. Florianópolis, p. 42, nov., 1999.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 8. ed. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Segurança Pública. Diretoria de Política da Criança e do Adolescente. **De vítima a infrator, uma nova abordagem policial**. Pernambuco, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento da Criança e do Adolescente. **Políticas Públicas e estratégias de atendimento sócio-educativo ao adolescente em conflito com a lei**. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.

BRASIL. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Procuradora Geral de Justiça. Centro das Promotorias da Infância. **Perfil do Adolescente infrator no Estado de Santa Catarina**. [organizadora] Henriqueta Scharf Vieira. Florianópolis, 1999.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **De menor a cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no Brasil**. Ministério da Ação Social, CBIA, [s.d.].

_____. Um Histórico do Atendimento Socioeducativo aos Adolescentes Autores de Ato Infracional no Brasil: Mediação entre o Conceitual e o Operacional. In: **Políticas Públicas e Estratégias de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei**. Brasília: Ministério da Justiça, 1998, v. 2, p. 14.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro: Delta S.A., 1973, p. 1498.

ERICKON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FENWIK, Elizabeth e SMITH, Tony. **Adolescência**: guia de sobrevivência para Pais e Adolescentes. São Paulo: Ática, 1996.

MINAYO, Maria Célia de S. **Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Humanismo, 1994.

NETO, Gercino Gerson Gomes. Ato infracional não é crime. In: **Revista Inscrita**. Rio de Janeiro: Serra Dourada, 2000, n. VI, p. 52-53.

NEVES, Ellen Cristina Soares. **A família no discurso dos operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente**: um estudo nos processos de apuração de ato infracional. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Adolescente Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

OUTEIRAL, José Ottoni. **Adolescência**: estudos sobre adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

PASSETI, Edson. **Violentados**. Crianças, Adolescentes e Justiça. São Paulo: Imaginário, 1999.

PETRY, Tamara de Cássia. **A relação da família com os processos judiciais dos adolescentes atendidos no PLIAT**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

RIZZINI, Irene. (org.). **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995.

SANTIAGO, Onete Ramos. **50 respostas sobre nossos adolescentes: e sobre nós, pais também**: um guia prático. Florianópolis: Papa-Livro, 1999.

SEDA, Edson. **O Novo Direito da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Bloch, 1991.

SILVA, Antônio Fernando do Amaral e. A justiça da infância e da juventude. In: **Brasil, criança urgente**. São Paulo: Columbus, 1989, p. 65-75.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Liberdade Assistida**: uma polêmica em aberto. São Paulo: Forja Gráfica e Editora Ltda, 1994. Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Caderno n.º 1.

TIBA, Içami. **Puberdade e Adolescência**: desenvolvimento biopsicossocial. 6. ed. São Paulo: Ágora, 1986.

VOLPI, Mário. (org.). **O Adolescente e o Ato Infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Os Adolescentes e a Lei**: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e suas responsabilidade. Brasília: ILANUD, 1998.

ANEXOS

DADOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nome do Aluno: Adriana Mueller

Matrícula: 9711601-7

Ano de desenvolvimento do **Estágio I:** 1999.1

Nome do local do estágio: Plantão Interinstitucional de Atendimento

Nome da Supervisora da Instituição: Kátia Regina Madeira

Nome da Supervisora da UFSC: Nílva Souza Ramos

Número de horas desenvolvidas: 216 hs

Ano de desenvolvimento do **Estágio II:** 1999.2

Nome do local do estágio: Plantão Interinstitucional de Atendimento

Nome da Supervisora da Instituição: Kátia Regina Madeira

Nome da Supervisora da UFSC: Maria da Graça dos Santos Dias

Número de horas desenvolvidas: 216 hs

Ano de desenvolvimento do **Estágio III:** 2000.1

Nome do local do estágio: Plantão Interinstitucional de Atendimento

Nome da Supervisora da Instituição: Kátia Regina Madeira

Nome da Supervisora da UFSC: Silvia do Valle Pereira

Número de horas desenvolvidas: 216 hs



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
DIRETORIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
GERÊNCIA DO PLANTÃO INTERINSTITUCIONAL DE
ATENDIMENTO

O Plantão Interinstitucional de Atendimento ao Adolescente tem por finalidade atender o adolescente encaminhado pelas Delegacias de Polícia em flagrante de ato infracional .

Nos últimos meses o Serviço Social da instituição tem se deparado em atendimento com relatos de adolescentes que sofreram violência física e psicológica por parte da polícia militar, chegando em alguns casos com requinte de tortura .

Em todos os casos relatados às vítimas foram obrigadas a sofrer desnecessariamente , sendo que o policial utilizou-se do poder da farda para cometer o que denominamos aqui de “ abuso de autoridade ”, contido na Lei n.º 4.898/65.

Um dos fatores aos quais atribuímos a crescente violência por parte dos policias militares, refere-se a certeza da impunidade aos mesmos. Entendemos que o policial militar age com a certeza de que não será punido, haja visto que na grande maioria das vezes estes não são julgados pela justiça comum .

Evidenciamos, constantemente , pessoas inseguras e amedrontadas com relação ao trabalho desenvolvido pela polícia em geral, reportando-os a desacreditar no papel do policial e na justiça . Este é o caso dos adolescentes atendidos no PLIAT e suas respectivas famílias , restaurando a lei do silêncio e do medo .

Os artigos 232 e 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990), dispõe sobre situação vexatórias, constrangimento e crimes de tortura, bem como as penas para as referidas situações .

No entanto, embora haja a lei, seus agressores continuam impunes e exercendo suas funções, reforçando novamente este quadro .

Diante disso solicitamos ao Ministério Público que sejam tomadas as devidas providências .

KÁTIA REGINA MADEIRA
Assistente Social

ADRIANA MUELLER
Estagiária de Serviço Social

Roteiro de Entrevista com Adolescentes

Nome:

Idade:

1) Você se preocupa com a maioridade?

☐ sim ☐ não

Por quê?

2) Você sabe que ao completar 18 anos você perde a proteção integral da lei?

☐ sim ☐ não

3) Na sua opinião, quais são as consequências da maioridade?

4) O que você acha que vai mudar na sua vida quando completar 18 anos?

5) Você tem intenção de parar de cometer ato infracional?

☐ sim ☐ não

Quando?

Por quê?

6) *you se preocupa com o futuro?*

☐ sim ☐ não

Por quê?

7) O que você pretende fazer quando completar 18 anos?

8) O que você está fazendo hoje para mudar de vida?

Roteiro de Questionário com Profissionais

- 1) Na sua opinião, os programas de atendimento ao adolescente existentes desenvolvem trabalhos com adolescentes na faixa etária de 16 a 18 anos de idade, no que se refere as questões relacionadas à **maioridade**, tais como: a perda da proteção integral e suas implicações, capacitação para o mercado de trabalho etc.?
- 2) Existe **articulação** entre as instituições de atendimento ao adolescente, no sentido de trocar experiências e unir forças, além de promover um processo educativo, de formação contínua; bem como de crescimento pessoal e profissional, de melhoria das condições de vida e do exercício da cidadania?
- 3) Você acha que há nestas instituições a preocupação e/ou trabalhos voltados ao futuro do adolescente?
- 4) Você considera o número de instituições existentes suficientes para atender a demanda do município?
- 5) Sabemos que muitos adolescentes que se encontram próximos da maioridade já vivenciaram, ao longo dos anos, inúmeras passagens por diferentes instituições de atendimento, mas que, no entanto, continuam retornando às mesmas. O que é preciso fazer para se reverter este quadro?
- 6) Como você **avalia** o trabalho desenvolvido nas instituições de atendimento ao adolescente em situação de risco pessoal e social da grande Florianópolis?